



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS



TRABALHO DE GRADUAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**AS CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA PARA A ANÁLISE
DA GEOGRAFIA HISTÓRICA DO CAPITALISMO NA AMÉRICA LATINA
ENTRE O PERÍODO DE 1930-1970**

Inná Freitas Saldanha

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Teixeira de Godoy

RIO CLARO (SP)
2017

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“Júlio de Mesquita Filho”

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS

INNÁ FREITAS SALDANHA

**AS CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA PARA ANÁLISE DA
GEOGRAFIA HISTÓRICA DO CAPITALISMO NA AMÉRICA LATINA ENTRE
O PERÍODO DE 1930-1970**

Trabalho de Graduação apresentado ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE) – Campus de Rio Claro, da Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, para a obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Rio Claro - SP

2017

910.09 Saldanha, Inná
S162c As contribuições da Teoria da Dependência para análise da geografia histórica do capitalismo na América Latina entre o período de 1930 - 1970 / Inná Saldanha. - Rio Claro, 2017
63 f. : il., tabs.

Trabalho de conclusão de curso (bacharelado - Geografia)
- Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Orientador: Paulo Roberto Teixeira de Godoy

1. Geografia - História. 2. Modelo cepaliano. 3. América Latina - Dinâmica social. 4. Marxismo. I. Título.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a meus pais, Nádía e Walter, por todo apoio incondicional desde o início da minha vida acadêmica. O amor, o carinho, a compreensão, a paciência, o apoio financeiro foi de extrema importância para a conquista de mais um ciclo em minha vida. Amo vocês!

Aos meus irmãos Nierê, Inaê e Tainá pelo apoio, carinho, amor e incentivo. Meus parcinhas de toda vida!

Ao Thiago, meu amor, meu melhor amigo, meu companheiro e o maior palmeirense que eu conheço! Obrigada pelo apoio, carinho, conselhos mil, pelas risadas, pelas conversas da vida e, claro, pelas suas piadinhas de vovô. Te amo gatinho!

À Milloco....o que dizer dessa muié que deu uma balançada na minha vida. Não tenho palavras para agradecer o que você fez por mim. Ganhei uma irmã! Obrigada por ser minha parceirinha e espero (não vai se livrar de mim) que seja para a vida toda! Quero sempre ouvir você dizer: —Ánna gosta!”...porque eu gosto mesmo!

À Maricota, amiga querida e companheira de rep. que entrou na minha vida inesperadamente e que não sairá de perto de mim tão cedo (vai me ter que me aturar haha)! Você me inspira como pessoa Má...se for um pouco desse mulherão que você é já estou satisfeita. Obrigada por fazer parte da minha vida!

Agradeço a Tamis, minha amiga e irmã de alma! Te conhecer melhor e me aproximar de ti foi muito especial. Sua doçura e sensibilidade estão em falta nesse mundo doido. Obrigada por tudo e, principalmente, pelas manhãs e tardes na prefs!

Ao Guapuzeira, pessoa maravilhosa que tive o prazer de conhecer! Aprendi e ainda aprendo muito com você. Obrigada pelas conversas, apoio, pelas abestalhações (haha) e pelo carinho. Te amo maninho de Rio Claro!

Agradeço a chapa “Construção” do CAEGE por esse ano maravilhoso de gestão. Conheci e convivi com pessoas lindas, das quais gostaria de ter conhecido antes. Passamos por uma aprovação neste ano e, continuar na luta não seria fácil sem o apoio de cada um de vocês. Olhar para o lado e sentir-se acolhida não tem preço. Valeu galerinha!

Aos funcionários da Seção Técnica de Graduação, do DG e da biblioteca pela atenção e disposição todas as vezes que precisei de ajuda.

Por fim, quero agradecer ao meu orientador Prof. Dr. Paulo Godoy pelos debates nas disciplinas, pelas conversas e indicações de texto para minha monografia.

A todos, muito obrigada!

“Al fin y al cabo, somos lo que hacemos para cambiar lo que somos.”

(Eduardo Galeano)

RESUMO

O presente trabalho visa discutir a importância de aspectos da dependência do capitalismo no século XX, na América Latina, expondo a forma específica do modo de produção nos países periféricos, a partir de uma análise geográfica e histórica. A Teoria da Dependência surge nos anos 60 para repensar o modelo cepaliano e oferecer uma nova alternativa de interpretação da dinâmica social da América Latina. Munida de método crítico, essa teoria venceu o ostracismo, que havia sido adotado pelos remanescentes do nacional-desenvolvimentismo, e transformou-se na crítica mais consistente ao desenvolvimento autoritário. Dessa maneira, podemos verificar a forma dependente e subordinada da dinâmica do capital mundial com os países periféricos assim como diferenciar os conceitos cepalianos e teorias críticas do marxismo ortodoxo e neo-marxistas, a respeito do tema. Em face disso, vê-se a necessidade de fazer um resgate histórico dos conceitos e teorias em torno da temática da dependência, tendo como foco principal a vertente marxista da dependência, para que assim possamos verificar e constatar a importância deste debate para a análise da geografia histórica do capitalismo na América Latina do século XX.

Palavras-chave: Teoria da Dependência; América Latina; Capitalismo; Geografia Histórica.

ABSTRACT

The present work aims to discuss the importance of aspects of the dependency of capitalism in the XX century in Latin America, exposing the specific form of the mode of production in the peripheral countries, based on a geographic and historical analysis. The Theory of Dependency emerged in the 1960s to rethink the cepalian model and offer a new alternative for interpreting the social dynamics of Latin America. Armed with a critical method, this theory overcame ostracism, which had been adopted by the remnants of national-developmentalism, and became the most consistent criticism of authoritarian development. In this way, we can verify the dependent and subordinate form of the dynamics of the world capital with the peripheral countries as well as to differentiate the cepal concepts and critical theories of orthodox Marxism and neo-Marxists, on the subject. In view of this, it is necessary to make a historical recovery of the concepts and theories around the theme of dependency, having as main focus the Marxist strand of dependence, so that we can check and verify the importance since the debate for the analysis of the historical geography of capitalism in twentieth-century Latin America.

Key-words: Dependency Theory; Latin America; Capitalism; Historical Geographic.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO I	11
1. CONTEXTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DA CRIAÇÃO DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA .	11
CAPÍTULO II	27
2. A CRIAÇÃO E O PENSAMENTO DA CEPAL	27
CAPÍTULO III	35
3. VERSÕES E VISÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTISMO	35
3.1 O SUBDESENVOLVIMENTISMO.....	35
3.2 A INDUSTRIALIZAÇÃO.....	39
3.3 O PERÍODO DESENVOLVIMENTISTA E A INTERNACIONALIZAÇÃO DO MERCADO...	42
CAPÍTULO IV	49
4. CONSIDERAÇÕES SOBRE A TEORIA DA DEPENDÊNCIA	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	60

INTRODUÇÃO

A Teoria Dependência surgiu na metade da década de 1960-70, com o intuito de elucidar o desenvolvimento dependente, já existente nos países periféricos. —[...]o mundo é dominado por uma única economia, de modo que todos os povos se acham integrados na esfera de produção capitalista [...]” (FORBES, 1989, p. 125). A economia mundial se consolidava sob a hegemonia de grandes grupos econômicos e imperialistas, o que possibilitou o crescente fervor intelectual produzido na região, no que diz respeito a uma nova forma de olhar para as diferentes realidades criadas segundo o sistema capitalista. Todavia, esse esforço crítico representou a melhor compreensão sobre as limitações a cerca do desenvolvimento iniciado neste período. (SANTOS, 2000, p. 9).

As mudanças instauradas desde a década de 1930 trouxeram profundas transformações no sistema econômico mundial, que se manifestaram nas dimensões políticas, econômicas e sociais latino americanas. As duas grandes guerras mundiais e, principalmente, a crise de 1929 denotam a reestruturação da economia mundial, através da hegemonia norte-americana (BICHIR, 2012). —Nestes anos de crise, a economia americana generalizou o fordismo como regime de produção e circulação e já iniciara, inclusive, a revolução científico-tecnológica nos anos de 1940” (SANTOS, 2000, p. 9). Deste modo, se instaura na América Latina uma nova fase, caracterizada pelo processo de industrialização que avança até meados de 1960, quando há uma reconfiguração na ordem mundial.

Com o avanço do processo de industrialização latino americano, conduzido pelos Estados Unidos, a expansão e a aceleração era tanto da circulação do capital produtivo quanto da circulação do capital-dinheiro. (MARINI, 1977). Estas mudanças refletem em um reordenamento da divisão internacional do trabalho. O resultado disso, de acordo com Marini é —[...]un reescalonamiento, una jerarquización de los países capitalistas en forma piramidal y, por consiguiente, el surgimiento de centros medianos de

acumulación [...] lo que nos ha llevado a hablar de la emergencia de un subimperialismo.” (MARINI, 1977, p. 08).

Neste contexto, surge a Teoria do Desenvolvimento para tentar compreender essa dinâmica que se instaurou na região neste período. Esta teoria está baseada e estruturada pela superação do domínio colonial, segundo o surgimento de novas nações e burguesias locais ávidos por expandir sua participação na economia mundial. Dentro dessa perspectiva, no final da década de 1940 foi criada pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, a CEPAL – Comissão Econômica Para a América Latina e Caribe.

A reordenação da divisão internacional do trabalho, cuja estrutura centro-periferia, é caracterizada pela Comissão Econômica Para a América Latina e Caribe (CEPAL) como uma troca desigual entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, sendo que complexifica-se em função do papel cada vez mais decisivo assumido pela indústria em alguns países. Sendo assim, o principal objetivo dessa comissão era a obtenção de uma base de dados através de análise econômica, com suporte institucional, que criasse condições para o desenvolvimento autônomo da região (BICHIR, 2012).

O esforço teórico e metodológico da Teoria do Desenvolvimento começa a perder força no início da década de 1960, pois esse modelo não conseguia reproduzir experiências satisfatórias de desenvolvimento em suas ex-colônias dentro do capitalismo. A CEPAL não estava interessada em resolver os problemas resultantes do desenvolvimento capitalista, como a exploração do trabalho, na apropriação privada da riqueza e da renda, a partir da concentração e centralização do capital (DUARTE; GRACIOLLI, [s/d] p.3).

Segundo Santos (2000), André Gunder Frank diz que —[.]A América Latina surge como economia mercantil, voltada para o comércio mundial e não pode ser de forma nenhuma, identificada ao modo de produção feudal.”. As relações de servidão e escravidão foram desenvolvidas como parte de um projeto colonial, com ação das forças sociais e econômicas do capital financeiro em pleno processo de acumulação. (SANTOS, 2000, p. 16). Essa

acumulação, de acordo com Marx (1996), é considerada primária ou primitiva, sendo essencial para explicar a origem do moderno modo de produção capitalista. Ao final do século XIX e começo do século XX, o capitalismo monopolista constituiu-se, atingindo todos os países desenvolvidos com características particularidades e específicas.

É em meio a essa complexa conjuntura econômica, social, política e ideológico que tem espaço, dentro do pensamento latino americano, às discussões político-teóricas, que fizeram por desenvolver as análises sobre a problemática da dependência. Os debates e análises ao desenvolvimentismo, ideologia produzida pela CEPAL, era compartilhada pelas burguesias industriais latino americanas que sofriam duras reprovações políticas e intelectuais. Elaboram-se análises e propostas metodológicas sobre a dependência da América Latina segundo a visão de cientistas sociais, economistas e historiadores da região nas décadas de 1960-70. Estas foram denominadas de —Teoria da Dependência” (BICHIR, 2012, p. 55).

Ante o exposto, este trabalho visa analisar e identificar as características básicas do processo histórico do desenvolvimento do capitalismo na América Latina, além das formas de valorização do espaço no decorrer do século XX. Para esse fim, é essencial a identificação e seleção dos autores da Teoria da Dependência, com suas contribuições teóricas e temas de estudo; a identificação e contribuições conceituais da Teoria da Dependência para as preposições de análise da geografia histórica do Capitalismo na América Latina, além de suas relações com a economia mundo.

A investigação sobre o tema proposto irá contemplar duas metodologias: metodologia de pesquisa e metodologia de interpretação. A primeira caracteriza-se por um conjunto de procedimentos técnicos e operacionais que visa organizar o levantamento bibliográfico referente aos aspectos gerais e específicos do objetivo de estudo: leitura dirigida e fichamentos de textos, tais como: obras, teses, artigos em periódicos e anais de eventos. Além das referências bibliográficas, a metodologia de pesquisa

deverá contemplar o levantamento de dados estatísticos e documentos cartográficos.

A segunda, a metodologia de interpretação, irá fornecer as diretrizes para análise teórica e conceitual do objetivo de investigação e sua dimensão histórica e geográfica. As referências bibliográficas que serão utilizadas neste trabalho apontam para uma reflexão crítica sobre as formas de interpretação da dependência econômica para a América Latina proposta pela teoria da dependência, bem como analisar e atualizar conceitos que permitam uma leitura histórica e geográfica do capitalismo periférico. As principais referências são: MARINI, (1991 e 1997); BAMBIRRA (2012); SANTOS, Theotônio dos, 2000; SANTOS, Theotônio dos, 1972b [1970]; HARVEY, D. (2012, 2013); AYERBE (2012); TAVARES (1970); BIELSCHOWSKY (2000); ARRIGHI (1996); BETANI (2012); BRESSER-PEREIRA (2010); CARDOSO E FALETTO (1970); FURTADO (1998); FRANK (1996); NERY (2004); PREBISCH (1949).

CAPÍTULO I

O presente capítulo tem por objetivo apresentar as o contexto histórico geográfico da criação da Teoria da Dependência. Á luz de plena crise, duas guerras mundiais, seguidas de uma crise financeira global, o processo de desenvolvimento do capitalismo sofreu transformações. O sistema econômico mundial tomava novos rumos tendo os Estados Unidos como referência, por meio do sistema fordista instalado em diversos países. No Brasil, esse processo chegou com políticas de substituição de importações como novo processo de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos. O objetivo deste capítulo é contextualizar este período de transformações na indústria dos países dependentes que serviu de base para o novo desenvolvimento industrial do pós guerra e sua conseqüente articulação com a expansão do capital internacional.

1. CONTEXTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DA CRIAÇÃO DA TEORIA DA DEPENDENCIA

O final da Segunda Guerra mundial marca o início de um processo de reestruturação do padrão de acumulação capitalista, com profundas transformações, no que diz respeito aos —processos de trabalho, hábitos de consumo, configurações geográficas e geopolíticas, poderes e práticas do Estado etc.”¹. Entra em declínio o domínio das potências imperialistas que dominavam o mundo ao final do século XIX. Neste contexto, evidencia-se a hegemonia norte-americana com grande poderio econômico e territorial, visto sua supremacia durante o período entre guerras. A hegemonia norte-americana, aqui, refere-se a —combinação e consentimento inerentes ao exercício do poder político.”², ou seja, para Harvey (2013), os Estados Unidos nos últimos cinquenta anos serve-se com frequência da coerção e da dominação para se manter soberano. Ademais, agem de modo a pensar que fazem um bem universal, contudo suas ações são bem articuladas para

¹ HARVEY, D. Condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 2012, p. 117.

² HARVEY, D. O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2013, p. 38.

garantir seus próprios interesses. Vemos, então, que este consentimento existe por parte de inúmeras nações perante o comando norte-americano.

A Guerra Fria promoveu o surgimento de —dis sistemas políticos e econômicos, capitalismo e socialismo, numa rivalidade que acrescenta aos aspectos econômicos e militares a dimensão ideológica”. Para Santos (2000), a guerra fria intensificou a instabilidade destas oposições, sendo os Estados Unidos hegemônico neste contexto com seu poderio econômico e militar.

Esta era uma estratégia de confrontação global com a URSS e seus possíveis aliados, estabelecida pelos EE.UU e pela Inglaterra e baseada na doutrina de “contenção” de uma suposta expansão soviética. De fato, a guerra fria foi implantada pelos EE.UU., para consolidar sua hegemonia sobre o chamado Mundo Ocidental. (SANTOS, 2000, p. 2).

Com o discurso de oposição à ameaça comunista, os Estados Unidos vê a oportunidade perfeita para expandir seu poder político e militar. Porém, o que vimos foi à acumulação de capital crescente, uma vez que os Estados Unidos serviram de porto seguro para as democracias europeias e, também, como os patrocinadores da reconstrução das economias devastadas pela guerra. Proclamado na declaração dos Direitos Humanos, a propriedade privada agora atinge valores universais. A ameaça comunista foi usada para que os proprietários privados se unissem em elites para controlar os espaços de poder. Vale ressaltar que os Estados Unidos favoreceram as elites de outras nações para garantir seus interesses individuais, trajado pelo discurso de ganho universal.³

Os Estados Unidos vêm a muitos anos exercendo inegavelmente a liderança da parte do mundo dedicada à acumulação interminável do capital, tendo, por conseguinte disseminado amplamente suas maneiras de fazer negócio. [...] Boa parte do resto do mundo tem sido levado a embarcar política, econômica e culturalmente na globalização por meio da americanização. (HARVEY, 2013, p.42).

O desenvolvimento do capitalismo nos Estados Unidos constituiu profundas mudanças no processo econômico, político e cultural com um objetivo em particular: a criação de um novo padrão de acumulação capitalista. A reestruturação industrial norte americana adotou o fordismo como o mais

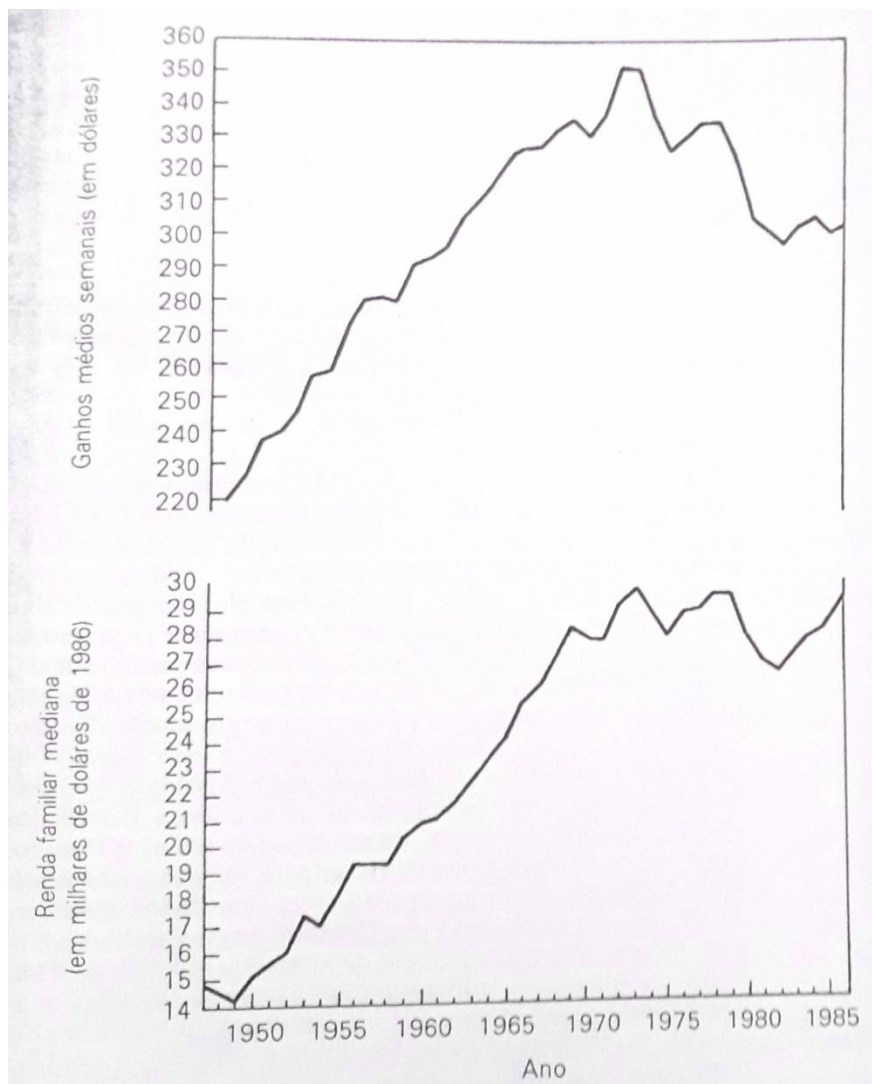
³ HARVEY, D. O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2013, p. 41.

eficiente padrão de acumulação capitalista. O fordismo, assim como o modo de vida americano baseado no consumo de produtos de massa, permite a sua expansão para outros aspectos do cotidiano, principalmente, pós Segunda Guerra Mundial. Para Harvey:

O fordismo do pós guerra tem de ser visto menos como um mero sistema de produção de massa do que como um modo de vida total. Produção em massa significa padronização do produto e consumo de massa, o que implica toda uma nova estética e mercadificação da cultura [...] (HARVEY, 2013, p. 131).

O fordismo foi implementado nos Estados Unidos, em 1913, pelo dono da Ford Motor Company, Henry Ford. Um dos aspectos deste novo método adotado pelas indústrias eram as inovações tecnológicas e as organizações do trabalho da fábrica, com alto grau de disciplina e produtividade na linha de montagem. Além disso, Ford acreditava que dar ao trabalhador maior tempo de lazer e renda possibilitaria a compra de produtos produzidos em massa por grandes corporações que estavam fabricando em quantidades cada vez maiores.⁴

⁴ HARVEY, D. Condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 2012, p. 122-125.

Tabela 1 – Salários e renda familiar nos Estados Unidos, 1947-1986.

Fonte: Estatísticas Históricas dos Estados Unidos e Relatórios Econômicos ao presidente. (HARVEY, 2012).

Tabela 2 – Taxas médias de crescimento dos países capitalistas avançados ao longo de vários períodos de tempo a partir de 1820.

	Taxas percentuais anuais de mudança		
	Produto	Produto <i>per capita</i>	Exportações
1820-1870	2,2	1,0	4,0
1870-1913	2,5	1,4	3,9
1913-1950	1,9	1,2	1,0
1950-1973	4,9	3,8	8,6
1973-1979	2,6	1,8	5,6
1979-1985	2,2	1,3	3,8

Fontes: Maddison, 1982 (1820-1973) e OCDE (1973-85)

Fontes: Maddison, 1982 (1820 – 1973) e OCDE (1973 – 85) (HARVEY, 2012).

Para Gramsci, era necessário:

Desenvolver em seu grau máximo, no trabalhador, os comportamentos maquinais e automáticos, quebrar a velha conexão psicofísica do trabalho profissional qualificado, que exigia uma certa participação ativa na inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas apenas no aspecto físico e maquinal. (GRAMSCI, 2001, p. 266).

O sistema fordista foi implementado e aliado ao modo de produção capitalista, adquirindo assim um alcance mundial. Desta forma, atraiu diversas nações descolonizadas no pós Segunda Guerra Mundial, desenvolvendo um novo método de organização do trabalho. Surge então, um novo tipo de trabalhador, o qual é regido por normas, tendo como características a rigidez, a exatidão e novos hábitos criados para adequação a uma nova forma da vida coletiva. A mudança na estrutura social resultou no acirramento da luta de classes. Os sindicatos estavam mais burocratizados e consideravam negociações de cooperação na sujeição dos trabalhadores a condições de trabalho estabelecidas pelo sistema de produção industrial em troca de reais ganhos de salários.⁵

Racionalizar a produção e o trabalho, combinando habilmente a força (destruição do sindicalismo operário de base territorial) com a persuasão (altos salários, diversos benefícios sociais, habilíssima propaganda ideológica e política) e conseguindo centrar toda vida do

⁵ HARVEY, D. Condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 2012, p. 129.

país na produção. A hegemonia nasce da fábrica e necessita apenas, para ser exercida, de uma quantidade mínima de intermediários profissionais de política e da ideologia. (GRAMSCI, 2001, p. 247-248).

Não podemos deixar de lado o importante papel do Estado junto ao capital corporativo no desenvolvimento do capitalismo. O Estado tem o papel de controlar os ciclos econômicos, com a criação de políticas fiscais e monetárias, a fim de garantir investimentos no setor público para proporcionar o crescimento do consumo e da produção em massa. Ademais, cabe ao poder estatal fornecer subsídios para as políticas públicas e acordos salariais dos trabalhadores na produção.⁶

O caráter desigual do sistema fordista se mostrou, na medida em que, segundo Harvey:

[...] cada Estado procurava seu próprio modo de administração das relações de trabalho, da política monetária e fiscal, das estratégias de bem-estar e de investimento público, limitados internamente apenas pela situação das relações de classe e, externamente, somente pela sua posição hierárquica na economia mundial e pela taxa de câmbio fixada pelo dólar. Assim, a expansão internacional do fordismo ocorreu numa conjuntura particular de regulamentação político-econômica mundial e uma configuração geopolítica em que os Estados Unidos dominavam por meio de um sistema bem distinto de alianças militares e relações de poder. (HARVEY, 2012, p. 132).

O modelo fordista tinha predileção em escolher seus trabalhadores mediante gênero, raça e origem étnica, priorizando homens brancos. Isso acabou por gerar um crescimento exponencial de tensões sociais por parte da população marginalizada, que se via com acesso limitado ou mesmo nulo ao emprego privilegiado da época. Sem poder contar com esses empregos e, conseqüentemente, aos benefícios do consumo desse novo sistema, passam a surgir fortes contra movimentos ao modelo fordista, como os movimentos dos direitos civis e movimentos feministas. Ao mesmo tempo em que era benéfico este modelo em relação ao controle de trabalho – branco, masculino e sindicalizado - gerava grandes dificuldades para o trabalhador, à medida que a rigidez na linha de produção dificultava a realocação do mesmo para outros setores da cadeia produtiva. Os sindicatos foram um ponto chave nas relações

⁶ HARVEY, D. Condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, p. 129

entre trabalhadores, empresas e Estado, usufruindo do seu poder para atuar ora a favor de um grupo, ora a favor do outro. Conforme Harvey:

O poder exclusivista dos sindicatos fortalecia a sua capacidade de resistir à perda de habilidades, ao autoritarismo, à hierarquia e à perda de controle no local de trabalho. A inclinação de uso desses poderes dependia de tradições políticas, formas de organização (o movimento dos comerciários da Inglaterra era particularmente forte) e disposição dos trabalhadores em trocar seus direitos na produção por um maior poder no mercado. (HARVEY, 2012, p. 132).

Esta dualidade na atuação dos sindicatos gerava grandes insatisfações das minorias excluídas fazendo com que os sindicatos fossem vistos por boa parte da população como interessados apenas na sua própria existência, ao invés de uma preocupação coletiva, que atendesse a população como um todo. Por trás disso, vemos um Estado elitizado que garante a legalidade dessas estruturas, com o fim de defender e representar os interesses da classe dominante, em detrimento do bem-estar da classe trabalhadora. Com o apoio do Estado, essa classe dominante, os burgueses, consegue poder político para controlar a economia, os rumos do mercado e determinar as condições de trabalho.

[...] a condição preferida para a atividade de um Estado burguês em que instituições de mercado e regras contratuais (incluindo as do contrato de trabalho) sejam legalmente garantidas e em que se criem estruturas de regulação para conter conflitos de classes e arbitrar entre as reivindicações de diferentes facções do capital (por exemplo, entre interesses mercantis, financeiros, manufatureiros, agrários e rentistas). Políticas relativas à segurança da oferta de dinheiro e aos negócios e relações comerciais externos também têm de ser estruturadas para beneficiar a atividade de negócios. (HARVEY, 2013, p. 80).

É dentro deste contexto de hegemonia estadunidense e de generalização do fordismo como regime de produção e circulação que ocorre a integração econômica mundial. À vista disso, a conferência de Bretton Woods, em 1944, une Nações-Estado independentes que tinham por objetivo primeiro definir os rumos do gerenciamento econômico internacional. Buscavam a melhor forma de superar situações de crise, sem pôr em risco todo o sistema.⁷ O acordo estabeleceu que o dólar americano fosse à moeda de reserva do

⁷ AYERBE, L. F. Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia. São Paulo: Editora Unesp: 2002, p. 66.

mundo, associando o desenvolvimento econômico mundial à política monetária e fiscal norte-americana. — América agia como banqueiro mundial em troca de uma abertura dos mercados de capital e de mercadorias ao poder das grandes corporações. (HARVEY, 2012, p. 131). Com capital, concentrado agora nos Estados Unidos, era necessária a expansão e a busca por oportunidades de investimento, principalmente, no setor industrial. Para obter maior êxito, este novo ciclo expansivo da economia mundial exigia a expansão dessas características a nível mundial.⁸

Foi nesta época, entre os anos de 1930 e 1940, que as políticas de substituição das importações começaram em muitos países do Terceiro Mundo, em especial a América Latina. O desenvolvimento industrial do pós-guerra serviu como alicerce para a industrialização nos países dependentes coloniais, unindo-se ao movimento do capital internacional, tendo como ponta de lança as empresas multinacionais. Portanto, dá-se início, na América Latina, uma nova fase caracterizada pelo processo de industrialização que avança até meados de 1960, quando há uma reconfiguração na ordem mundial. Para Santos:

Esta nova realidade contestava a noção de que o subdesenvolvimento significava a falta de desenvolvimento. Abria-se o caminho para compreender o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como o resultado histórico do desenvolvimento do capitalismo, como um sistema mundial que produzia ao mesmo tempo desenvolvimento e subdesenvolvimento. (SANTOS, 2000, p.9).

Para compreender melhor o que Santos afirma, faz-se necessário entender o que representou o processo de substituição das importações como modelo de desenvolvimento na América Latina. O modelo de substituição das importações foi analisado, sobretudo, pelos economistas cepalianos⁹ Raúl Prebisch, Aníbal Pinto, Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares, em meados da década de 1950 e 1960. Todavia, podemos destacar o trabalho de Maria da Conceição Tavares, intitulado *Da Substituição de Importações ao*

⁸ SANTOS, T. A teoria da dependência: um balanço histórico e teórico. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 9.

⁹ Autores do pensamento econômico latino-americano que visam desenvolver modelos e formas mais eficazes de desenvolvimento autônomo para a América Latina.

Capitalismo Financeiro (1973), no qual a autora elabora uma síntese detalhado sobre o modelo de substituição de importações na América Latina.

Em primeira instância é importante entender que a substituição das importações em resposta ao estrangulamento externo, conhecida como a *teoria dos choques adversos*¹⁰. A balança comercial já não estava favorável à economia, uma vez que a crise havia chegado ao setor de agroexportação. A estruturação deste setor centrava-se na produção extensiva de um ou dois produtos primários, com baixa produtividade, e em grandes terras improdutivas. Assim, as dificuldades trazidas à balança comercial eram enormes, por não conseguir manter as importações e pagar o serviço da dívida externa. Os problemas na balança comercial dos países com a economia voltada para fora tinham uma explicação segundo os economistas cepalinos. De acordo com Fonseca:

[...] os economistas cepalinos tinham em mente um modelo de economia mundial bipolarizado – os países centrais, industrializados e desenvolvidos, líderes no desenvolvimento tecnológico, e os países periféricos, agrícolas, atrasados e subdesenvolvidos. No modelo agroexportador, essa dualidade manifestava-se internamente ao se constatar nas economias periféricas um setor exportador com vínculos ao exterior, ligado umbilicalmente aos países centrais, mas que não imprimia nenhum ou pouco dinamismo à economia interna, que convivia com um setor de subsistência produzindo basicamente alimentos para o mercado doméstico, normalmente com tecnologia bastante rudimentar e com baixa produtividade. As diferenças estruturais das exportações e importações dos países centrais e periféricos ajudam a evidenciar por que estes últimos ocupavam um lugar subordinado na divisão internacional do trabalho. (FONSECA, [s/d], p. 15).

O modelo de desenvolvimento tradicional dos países latino americanos baseava-se no modelo exportador, ou seja, o setor externo tinha papel fundamental nas economias periféricas. De acordo com Tavares, existem duas variáveis básicas para compreender esse processo:

As exportações como variável exógena responsável pela geração de importante parcela da Renda Nacional e pelo crescimento da mesma e as importações como fonte flexível de suprimento dos vários tipos

¹⁰ Esta teoria diz que a industrialização dos países ditos subdesenvolvidos foi impulsionada por crises no setor exportador. Diversos autores tratam do tema como Roberto Simonsen, Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares.

de bens de serviços necessários ao atendimento de parte apreciável da demanda interna. (TAVARES, 1973, p. 29).

Contudo, essas variáveis se desenvolvem de diferentes maneiras no território, sendo necessário contextualizar o papel das grandes economias nesse processo de formação. Historicamente nas economias —centrais”, como a Europa, por exemplo, a dinâmica econômica é pautada tanto no setor das exportações como das importações. O setor exportador nesses países gera renda nacional, acompanhada por uma variável endógena, pois possui investimento autônomo junto a inovações tecnológicas. No que se refere à capacidade produtiva interna, as importações tinham como objetivo suprir as necessidades de alimentos e matérias primas não produzidas internamente de forma satisfatória. Porém, nos países da América Latina, essa lógica não se aplica, pois as importações são o único elemento de crescimento da renda nacional, o centro dinâmico de sua economia fundamenta-se em um ou dois produtos primários. O desenvolvimento exportador trouxe consigo o processo de urbanização dos países latino americanos, instaurando as indústrias tradicionais, de bens de consumo interno, com baixo nível de produtividade¹¹. Segundo Tavares,

[...] o grau de difusão da atividade exportadora sobre o espaço econômico de cada país dependia da natureza do processo produtivo desses bens primários e do seu maior ou menor efeito multiplicador e distribuidor de renda. [...] essa reduzida atividade industrial, juntamente com o setor agrícola de subsistência, eram insuficientes para dar à atividade interna um dinamismo próprio. Assim, o crescimento econômico ficava basicamente atrelado ao comportamento da demanda externa por produtos primários, dando o caráter eminentemente dependente e reflexo de nossas economias. (TAVARES, 1973, p. 30-31).

Nos países —centrais”, as importações tinham por objetivo suprir as necessidades de matéria-prima e alimentos, as quais não conseguiam produzir de maneira efetiva. Em contrapartida, nos países da América Latina, as importações tinham de suprir uma demanda de consumo interno, além dos bens de capital que atendem ao investimento do crescimento exógeno. Para

¹¹ TAVARES, M. C. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973, p. 30.

Tavares, isso ocasionou um problema de ordem estrutural nas economias periféricas.

O cerne da problemática do crescimento “para fora” típico de nossas economias está evidentemente vinculado ao quadro de divisão internacional do trabalho que foi imposto pelo próprio processo de desenvolvimento das economias líderes e do qual, decorria, para os países da periferia, uma divisão do trabalho social totalmente distinta da do centro. (TAVARES, 1973, p. 31).

A divisão social do trabalho, tanto no setor interno como externo da economia, atingiu a maioria dos países da América Latina. O setor externo recebe agora o maior investimento, por apresentar alta rentabilidade. Já o setor interno, considerado de baixa rentabilidade não apresentava grandes avanços para um setor basicamente de subsistência. Observa-se que o investimento e concentração de capital e recursos se dão em apenas um setor de exportação da economia, propiciando a distribuição de renda desigual.

A combinação da divisão social do trabalho e a distribuição de renda desigual são características relevantes para a compreensão da mudança da economia dos países latino americanos do antigo modelo primário-exportador para o novo modelo de desenvolvimento voltado “para dentro”. A crise dos anos de 1930 foi o ponto chave para esta mudança, pois os governos adotaram medidas para defender seu mercado externo da crise no mercado internacional. Essas medidas consistem em:

[...] restrições e controle das importações, elevação da taxa de câmbio e compra de excedentes ou financiamento de estoques, visando antes defender-se contra o desequilíbrio externo do que estimular a atividade interna. No entanto, o processo de industrialização que se iniciou a partir daí encontrou, sem dúvida alguma, seu apoio na manutenção da renda interna resultante daquela política. (TAVARES, 1973, p. 33).

O novo modelo de desenvolvimento interno marca a mudança das variáveis dinâmicas da economia, como por exemplo, a maior participação da atividade interna e a perda da importância do setor externo como único formador da renda nacional. Essa substituição foi importante para a continuação do processo de desenvolvimento durante a crise. O setor externo não deixou de ser relevante para os países, apenas tem como nova função diversificar a estrutura produtiva, por meio da importação de equipamentos e

bens medianos. Os novos setores dinâmicos se expandem apenas no âmbito dos mercados nacionais, o que caracteriza esse novo modelo, como “fechado”.¹² Para Tavares,

[...] o “processo de substituição das importações” pode ser entendido como um processo de desenvolvimento “parcial” e “fechado” que, respondendo às restrições do comércio exterior, procurou repetir aceleradamente, em condições históricas distintas, a experiência de industrialização dos países desenvolvidos. (TAVARES, 1973, p. 35).

Cabe ressaltar, portanto, que o modelo de substituição de importações dá-se quando a lógica de produção interna de um país é invertida, ou seja, o país começa a produzir internamente o que anteriormente importava. Nesse contexto, o setor industrial passa a ser o centro dinâmico da economia, o qual cresce de acordo com a diversificação do setor exportador. Para os economistas cepalianos, o modelo agroexportador sentenciava os países latino americanos ao subdesenvolvimento e à estagnação. As crises econômicas garantem a oportunidade de romper com esse modelo, uma vez que o estrangulamento externo obriga os países a produzir o que antes era importado. Assim, a falta de fluxo de produtos importados impulsionava a mudança de modelo, dando início ao processo de substituição de importações liderado não pelos governos latino americanos, mas sim pelo interesse das oligarquias agrárias dos setores industriais e urbanos.¹³

Temos, portanto, o estrangulamento externo como ponto principal fator de mudança do modelo exportador para o modelo de substituição de importações. Para Prebisch, a industrialização resolve o problema dos países em desenvolvimento, quando há um equilíbrio das importações e exportações, não tendo necessidade de uma mudança no modelo econômico se houver um equilíbrio das importações e exportações.

Com efeito, se um país em desenvolvimento, graças à expansão dos seus mercados exteriores, consegue dar às suas exportações um ritmo similar ao da sua procura de importações, terá corrigido as disparidades do seu intercâmbio, e não necessitará de continuar com a política substitutiva de importações. (PREBSCHI, 1964, p. 93).

¹² TAVARES, M. C. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973, p. 34-35.

¹³ FONSECA, P. C. D. O processo de substituição de importações. Capítulo 11, p. 6.

De acordo com Tavares, a dinâmica do processo de desenvolvimento pela substituição de importações torna os países latino americanos menos dependentes do exterior, ao passo que mudam a —~~at~~ureza de sua dependência”. E isso só foi possível graças estrangulamento do setor externo, que resultou na modificação da estrutura da economia, com diversas contradições no que diz respeito ao crescimento e a capacidade de importar. Os problemas internos e externos dos países subdesenvolvidos tendem a crescer e a conter o dinamismo do processo de substituição das importações, pois há uma necessidade de crescimento com uma barreira nas importações. Essa barreira, segundo Tavares:

[...] inicia-se, normalmente pela via mais fácil da produção de bens de consumo terminados, não só porque a tecnologia nela empregada é em geral, menos complexa e de menor intensidade de capital, como principalmente, porque para estes é maior a reserva de mercado, quer a preexistência quer a provocada pela política de comércio exterior adotada como medida de defesa. [...] À medida porém que se avança no processo de substituição, e se entra em particular, nas faixas de bens duráveis de consumo, o crescimento relativo do mercado passa a dar-se basicamente em termos verticais, ou seja, explorando o poder de compra das classes de altas rendas. (TAVARES, 1973, p. 42-49).

O avanço do processo de substituição de importações torna-se cada vez mais custoso e difícil de acontecer, pois as —~~ba~~reiras externas” limitam a capacidade de importar pela insuficiência dos países latino americanos em desenvolver o processo de diversificação de suas estrutura produtiva. Para Santos,

[...] Essa característica do processo de industrialização baseado na substituição de importações fez com que o crescimento industrial dependesse enormemente das divisas obtidas com as exportações. Estas foram, em alguns casos, radicalmente apropriadas ou mesmo expropriadas pelo Estado, para servir ao processo de industrialização. [...] Essa articulação estrutural entre a sobrevivência do setor exportador e a industrialização vai configurar uma aliança política muito própria dos países latino-americanos, nos quais encontramos uma política de sobrevivência do latifúndio apoiada pela burguesia industrial. Esta ficou limitada na sua dimensão revolucionária, tendo de abandonar a perspectiva de uma confrontação com as oligarquias tradicionais e de uma distribuição de renda no campo que gerasse um mercado interno mais significativo. Ela não foi capaz de vender meios de produção e produtos de consumo para a massa camponesa e assim aumentar a capacidade produtiva dos países através da expansão da sua demanda interna.

Criou-se, em consequência, um bloqueio estrutural ao desenvolvimento econômico da região. (SANTOS, 2000, p.70).

É meio a esse contexto que Raúl Prebisch aponta que o principal problema do desenvolvimento econômico dos países periféricos é o setor exportador. Através da CEPAL¹⁴, uma organização emanada dos governos latino-americanos e um órgão encarregado da proposição de políticas e assessoria a governos, que seus estudos e concentraram. Ele consolidou estudos teóricos e políticas capazes de viabilizar o processo de industrialização buscando livra-se das barreiras ao desenvolvimento. Contudo, suas propostas de políticas mantiveram as estruturas de poder existentes, criando-se uma limitação estrutural no pensamento da organização, da qual fazia parte. A burguesia industrial dos países periféricos expropriou recursos do latifúndio com mecanismos de intervenção estatal, sendo representado um deles pela inflação. Outros mecanismos também foram usados, e todos eles com a ajuda dos representantes da CEPAL, majoritariamente das burguesias. A intervenção do Estado agia de modo a favorecer a produção exportadora em detrimento da proteção dos produtos agrícolas de consumo popular.

Neste quadro, o capital internacional aparecia como um aliado da estrutura latifundiária ou mineira exportadora, da economia monocultora, do latifúndio que mantinha relações de trabalho semi-serviços que se caracterizavam, em geral, como "pré-capitalistas". André Gunder Frank teve um papel extremamente positivo ao caracterizar, na década de 60, estas economias como uma modalidade de capitalismo, criada a partir da evolução da economia mundial e da divisão internacional do trabalho. É verdade que esta modalidade de capitalismo dependente e subordinado estava sob a hegemonia do capital mercantil e não desenvolvia elementos essenciais para o avanço do capitalismo, como o regime assalariado e a formação de um proletariado moderno. Mas não nos esqueçamos que o primeiro proletariado latino-americano surgiu ligado ao setor exportador. As primeiras manifestações proletárias na região estão associadas notoriamente aos centros mineiros onde se constituiu um proletariado mineiro com certo grau de organização cujos exemplos mais brilhantes se encontram no Chile e na Bolívia. Foi ainda no setor ferroviário, voltado para o escoamento das exportações, que surgiu outra categoria fundamental do movimento sindical latino-americano. Foram ainda os assalariados agrícolas da United Fruits que marcaram, na América Central e no Caribe, sua presença revolucionária nos anos 20 e 30. (SANTOS, 2000, p. 71).

¹⁴ Comissão Econômica para América Latina e Caribe.

As transformações das atividades econômicas globais, a partir do processo de industrialização, ocasionaram mudanças estruturais, principalmente, nos países da América Latina, com alta concentração de renda e a exclusão social. Para alguns grupos sociais, as consequências desta economia mundial nos levarão a uma nova forma de crescimento econômico. Com isso, Celso Furtado afirma que:

[...] neste fim de século o crescimento econômico passa a ter como contrapartida o nascimento de uma nova forma de organização social que redefine o perfil de distribuição da renda. Pode-se enxergar nesta observação simples uma ameaça ou um desafio. Quando nada, o prenúncio de uma era de incertezas. (FURTADO, 1998, p.7).

O autor Giovanni Arrighi (1996) fundamenta-se nos pensamentos de Braudel, ao dizer que o capitalismo mundial possui características de “flexibilidade” e “capacidade de adaptação” para se movimentar entre as mais diversas atividades econômicas de acordo com suas oportunidades de lucro. Desta maneira, o capitalismo se mostrou “especializado”, como na industrialização do século XIX, mas na verdade a concentração da sua atividade está no local onde existe maior dinamismo econômico que permita maior reprodução do capital. Assim, os lugares escolhidos são trocados a todo o momento em busca de maior rentabilidade. Quando essa relação do dinamismo econômico não atende ao objetivo de acumulação ocorre a expansão financeira, o que sinaliza a maturidade de um ciclo de expansão produtiva que permitiu a forte acumulação de capital, mas que se exauriu. Assim, a predominância do “capital financeiro” é vista como uma tendência sistêmica do capitalismo, indicando a crise de um ciclo produtivo e sua reestruturação.¹⁵

O estudo do capitalismo como sistema mundial, ainda segundo o autor, requer abordar também a criação do sistema dos Estados nacionais modernos, isto é, não seria possível o desenvolvimento do capitalismo mundial sem a ascensão do sistema moderno de governo, que institucionalizou a autoridade pública e as leis que distinguem os direitos de propriedade privada e domínio

¹⁵ ARRIGHI, G. O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

público. Sendo assim, o desenvolvimento do capitalismo como sistema mundial esteve intimamente vinculado à estrutura e funções do sistema moderno de governo.

A gênese do conceito de dependência está se consolidando no momento de crise das teorias do desenvolvimento, cuja capacidade explicativa havia se mostrado insuficiente para compreender o subdesenvolvimento latino-americano, frente às “promessas não cumpridas” do processo de industrialização na região. O conceito de dependência se forja no contexto da industrialização, buscando refletir esse fenômeno de dependência dos países latino-americanos, o qual estava associado ao processo histórico de integração da América Latina à economia mundial. Diferentemente da explicação dada no âmbito das teorias do desenvolvimento, segundo a qual o “atraso” latino-americano justificaria o subdesenvolvimento da região, o conceito de dependência emerge das análises da vertente marxista da dependência.

Veremos a seguir a trajetória da criação do pensamento cepalino, o qual busca o ordenamento do desenvolvimento econômico dos países ditos periféricos na América Latina. O papel do Estado será fundamental neste processo, uma vez que irá coordená-lo através de acordos e projetos políticos na região. A ideologia cepaliana estava centrada na nova teoria do desenvolvimento onde os países subdesenvolvidos tinham de receber sua própria formulação a respeito do desenvolvimento, pois já não era possível compará-los com as economias centrais.

CAPÍTULO II

Neste capítulo, será abordada a criação e o pensamento da CEPAL. Com o sistema internacional em crise, as iniciativas industrializantes nos países latino americanos ganham força importante presença da ação dos Estados nacionais. Neste sentido, a CEPAL contribuiu consideravelmente com questões sobre o desenvolvimento destes países. O objetivo desse capítulo é apresentar as principais contribuições do pensamento desta Comissão até o auge dos anos de 1960, quando entra em crise.

2. A CRIAÇÃO E O PENSAMENTO DA CEPAL

Ao final da década de 1940, precisamente em 1948, foi criada a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas. O contexto histórico de sua criação foi no pós Segunda Guerra Mundial com uma economia mundial em crise, á beira de um colapso financeiro e comercial. A instabilidade emergia, pela grande pressão por parte dos países latino americanos de entender a falta de acesso aos “dólares escassos” e a sua exclusão do Plano Marshall. (BIELSCHOWSKY, 2000). Alguns estudiosos da época foram muito relevantes para a trajetória desta organização. O economista argentino Raúl Prebisch foi um deles, tornando-se secretário executivo em 1950. Neste ano, Prebisch elaborou um documento intitulado “Estudo Económico de América Latina, 1950” que consistia em analisar um balanço das tendências econômicas dos principais países latino americanos. Posteriormente, este documento passou a se chamar “Problemas Teóricos e Práticos do Crescimento Econômico”¹⁶.

Estes documentos fizeram a comissão dispor de elementos para tornar-se a principal fonte mundial de análise e informação da realidade econômica da América Latina, sendo um referencial ideológico e analítico obrigatório para compreensão da história econômica e social do continente latino americanos. Com isso, verificam-se duas características centrais do pensamento desta organização. Segundo o livro organizado por Bielschowsky

¹⁶ BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro: Record, 2000. Cap. 3.

(2000) sobre as obra da CEPAL dos cinquenta anos, observa-se que enfoque metodológico da organização é o mesmo. Contudo, percebe-se que dependendo da análise e do contexto ideológico em que está inserida, a mesma apresenta interpretações diversas adaptadas a novos contextos históricos. Ainda segundo o autor, é possível identificar quatro traços analíticos comuns entre as cinco décadas:

O primeiro diz respeito ao método. Trata-se do enfoque histórico-estruturalista, baseado na ideia da relação centro-periferia; dois outros referem-se a áreas temáticas: Análise da inserção internacional e análise dos condicionantes estruturais internos (do crescimento e do progresso técnico, e das relações entre estes, o emprego e a distribuição de renda); por último, encontra-se o plano da Análise das necessidades e possibilidades de ação estatal. (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 17).

Entende-se, a partir disso, que tal sistematização é feita por ideias —historicamente determinadas”, no qual é possível identificar, no cenário latino americano, cinco fases ordenadas por “mensagens” transformadoras que orientaram a produção e trajetória intelectual da instituição. Cada duração tem, aproximadamente, um decênio. Ademais, apresentam um quadro síntese com a produção analítica construída nesses períodos, contendo uma periodização da histórias das ideias nela criado. Então para Bielschowsky (2000, p. 18):

- a) Origens e anos de 1950: industrialização;
- b) anos de 1960: —formas para descobrir a industrialização;
- c) anos de 1970: reorientação dos —ests” de desenvolvimento na direção da homogeneização social na direção da industrialização pró-exportadora;
- d) anos 1980: superação do problema do endividamento externo, via —ajuste com crescimento”;
- e) anos 1990: transformação produtiva com equidade.

QUADRO 1 - Síntese dos elementos analíticos que compõe o pensamento da CEPAL

Elementos permanentes		Análise histórico-estruturalista	
PERÍODOS E TEMAS			
	Inserção internacional (centro-periferia e vulnerabilidade externa)	Condições estruturais internas (econômicas e sociais) do crescimento/progresso técnico e do emprego/distribuição de renda	Ação estatal
1948-60 (industrialização)	Deterioração dos termos de intercâmbio; desequilíbrio estrutural na balança de pagamentos; integração regional	Processo de industrialização substitutiva; tendências perversas causadas por especialização e heterogeneidade estrutural: inflação estrutural e desemprego	Conduzir deliberadamente a industrialização
1960 (reformas)	Dependência; integração regional; política internacional de redução da vulnerabilidade na periferia; viés antiexportação industrial	Reforma agrária e distribuição da renda como requisito para a redinamização da economia; heterogeneidade estrutural; dependência	Reformar para viabilizar o desenvolvimento
1970 (estilos de crescimento)	Dependência, endividamento perigoso; insuficiência exportadora	Estilos de crescimento, estrutura produtiva e distributiva e estruturas de poder; industrialização combinando mercado interno e esforço exportador	Viabilizar estilo que leve à homogeneidade social; fortalecer exportações industriais
1980 (dívida)	Asfixia financeira	Ajuste com crescimento; oposição aos choques do ajuste, necessidade de políticas de renda e eventual conveniência de choques de estabilização; custo social do ajuste	Renegociar a dívida para ajustar com crescimento
1990-98 (transformação produtiva com equidade)	Especialização exportadora ineficaz e vulnerabilidade aos movimentos de capitais	Dificuldades para uma transformação produtiva eficaz e para reduzir o "hiato da equidade"	Implementar políticas de fortalecimento da transformação produtiva com equidade

Fonte: BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos do pensamento da CEPAL. Rio de Janeiro: Record. 2000, p.19.

Na conjuntura de constituição da CEPAL temos o avanço do processo de industrialização nos países latino-americanos, conduzido pelos Estados Unidos, caracterizou-se pela expansão e aceleração, tanto da circulação do capital produtivo quanto da circulação do capital-dinheiro.¹⁷ Estas mudanças refletem em um reordenamento da divisão internacional do trabalho. O resultado disso, de acordo com Santos:

A CEPAL era uma organização emanada dos governos latino-americanos e um órgão encarregado da proposição de políticas e assessoria a governos. Seus estudos se concentraram nas políticas capazes de viabilizar o processo de industrialização procurando superar os obstáculos ao desenvolvimento. Suas propostas de políticas preservavam, contudo, as estruturas de poder existentes. O desenvolvimento industrial da região tornara-se dependente do setor exportador, através do processo de substituição de importações. Este processo foi resultado de uma situação histórica e depois passou a ser sistematizado a nível teórico e conceitual. Ele foi resultado de algo que André Gunder Frank assinalou com muita ênfase nos seus estudos sobre América Latina: das dificuldades geradas pelas crises globais do capitalismo mundial. Em particular, a crise de 1929 teve um efeito limitante do comércio mundial, que caiu, na época, em cerca de 50%, diminuindo as importações da região. (SANTOS, 2000, p. 68).

As economias periféricas estavam no processo inicial de industrialização e urbanização, com rápido crescimento de 5,8% ao ano, e com a expansão nas importações de 7,5% ao ano, entre 1945 a 1954.¹⁸ Na década de 1930, o pensamento neoclássico e keynesiano¹⁹ apresentam caminhos para o desenvolvimento econômico, principalmente nos Estados Unidos e Europa, após as crises do século XX. Deste modo, cria-se uma atmosfera decorrente desse pensamento econômico, o qual acreditava ser o melhor caminho para a aceleração crescimento econômico mundial.²⁰ Nessa época, surge a Teoria do Desenvolvimento como proposta de compreender a dinâmica que se instaurou,

¹⁷ MARINI, R. M. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. Cuadernos Políticos, México DF, n. 12, p. 20-39, abril-junio, 1977.

¹⁸ BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 24.

¹⁹ Teoria econômica, baseada nas ideias do economista John M. Keynes, no qual defendia o sistema capitalista, porém acreditava ser necessário haver ações e medidas de controle por parte do Estado.

²⁰ NERY, T. Economia do Desenvolvimento na América Latina: o pensamento da Cepal nos anos de 1950 e 1990. 2004. número de páginas. Dissertação de Mestrado - PUC-Rio. Rio de Janeiro, p. 22.

principalmente, na América Latina. Esta teoria está baseada e estruturada pela superação do domínio colonial, segundo o surgimento de novas nações e burguesias locais ávidos por expandir sua participação na economia mundial. É criado um novo modelo moderno de desenvolvimento econômico. Segundo Santos,

A característica principal desta teoria era a de conceber o desenvolvimento como adoção de normas de comportamento, atitudes e valores identificados com a racionalidade econômica moderna, caracterizada pela busca da proximidade máxima, a geração de poupança e a criação de investimentos que levasse à acumulação permanente da riqueza dos indivíduos e, em consequência, de cada sociedade. (SANTOS, 2000, p. 2-3).

Com a ideologia liberal em alta, o processo de industrialização foi defendido e pensado como forma de recuperação do desenvolvimento após as crises sucessivas do século XX. Muitos pensadores e idealizadores dessa corrente de pensamento fundamentam-se, principalmente, do ponto de vista teórico e analítico sem nem ao menos levarem em conta a realidade da história econômica e social desses países. A insuficiência de instrumentalização dos países subdesenvolvidos a industrializar-se era abundante, o que terminava por prejudicar ainda mais a realidade dos mesmos. Para Bielschowsky,

Havia, para os defensores da industrialização, uma espécie de “vazio teórico”, e a descrença em relação à teoria econômica existente gerava perplexidade face à falta de teorias que pudessem ser adaptadas às realidades econômicas e sociais que se tentava entender e transformar. (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 24).

A elaboração das teorias do desenvolvimento tinha muitos problemas, no que diz respeito às diferenças entre os países ditos desenvolvidos e subdesenvolvidos. Em todos os países existem problemas referentes a desigualdades, porém é nos países do Terceiro Mundo que isso fica mais evidente. A disparidade da distribuição de renda, pela grande concentração de riqueza; os baixos índices de escolaridade, com alto grau de analfabetismo; problemas de moradias, devido a falta de estrutura de serviços básicos como tratamento de esgoto, água tratada, pavimentação, entre outros; sistema de saúde precários e o problema referente a fome e a desnutrição. Por essas diferenças, que não podemos esperar que a dinâmica dos mercados de trabalho e capital, seja a mesma que nos países já industrializados. Instaura-

se, então, um ciclo de questionamentos e explicações, por parte dos teóricos neoclássicos e keynesianos, no que tange as causas do subdesenvolvimento e as possíveis soluções para amenizar ou até mesmo superar esse “atraso” dos países menos desenvolvidos. Para tanto, fazia-se necessário explicar a realidade e as especificidades dos países periféricos, através de uma teoria econômica que explicaria a dinâmica e a estrutura em que está inserido cada país.²¹ Desta forma, Bielschowsky afirma que:

A teorização cepalina iria cumprir esse papel na América Latina. Seria a versão regional da nova disciplina que se instalava com vigor no mundo acadêmico anglo-saxão na esteira ‘ideológica’ da hegemonia heterodoxa keynesiana, ou seja, a versão regional da teoria do desenvolvimento. (BIELSCHOWSKY, 2000, p.24).

Dentro desse debate teórico, a CEPAL contribuiu com a formulação de teorias de desenvolvimento regional que não se limita apenas a América Latina, mas também a outros países ditos de Terceiro Mundo. Entretanto, seu aporte teórico estruturava-se no contexto da formação econômica dos países latino-americanos, a partir das suas transformações de caráter econômico. Além disso, apresentam propostas polêmicas, principalmente nos anos de 1950, ao dizer que nos países periféricos apresenta plena capacidade de organizar-se e autogerir-se, visto que poderiam pensar e discutir a partir de sua realidade meios para o desenvolvimento dos mesmo pelo processo de acumulação. (NERY, 2004).

A ideologia cepaliana²² teve seu auge na década de 1950, pois apresentava ideias inovadoras com grande influência nos projetos políticos dos governos da América Latina, o que a fez tornar-se referência no campo teórico e conceitual. A “teoria do desenvolvimento” foi pensada para os países menos desenvolvidos, já que para esses intelectuais era importante uma formulação teórica de independência ou adaptação ao novo processo de industrialização.

²¹ NERY, T. Economia do Desenvolvimento na América Latina: o pensamento da Cepal nos anos de 1950 e 1990. 2004. número de páginas. Dissertação de Mestrado - PUC-Rio. Rio de Janeiro, p. 21.

²² Alguns autores que pensaram e elaboraram esse conhecimento acerca da realidade latino americana. São eles: Raúl Prebisch, Celso Furtado, José Medina Echavarría, Regino Botti, Jorge Ahumada, Juan Noyola Vásquez, Aníbal Pinto, Osvaldo Sunkel, entre outros.

Para esse fim, era necessário criar —políticas de industrialização como forma de superar o subdesenvolvimento e a pobreza” (BIELSCHOWSKY, 2000).

A CEPAL nem sempre estivera em um campo favorável, apesar do seu reconhecimento no âmbito teórico. Até meados da década de 1970, as agências internacionais simpatizavam com a perspectiva desenvolvimentista. Entre eles, podemos citar o Banco Mundial que apoiava e promovia o desenvolvimento das economias periféricas através do desenvolvimento industrial, criando um cenário em que o Estado, as indústrias e as empresas cumprissem papéis específicos. À vista disso, o Estado seria o responsável por impulsionar as obras estruturais, o qual proporcionaria as condições necessárias para atrair as empresas e, assim iniciar o processo de desenvolvimento local. Entretanto, essa atitude favorável duraria até o fim da década de 70, quando ocorre a substituição da direção de sua consultoria econômica de Chenery²³ por Anne Krueger²⁴, onde as ideias de Raúl Prebisch e da CEPAL, passaram a não ser bem vistas pelo governo norte-americano.²⁵

O mundo vivia o início do período da Guerra Fria, no qual os Estados Unidos e a Inglaterra preocupavam-se em reter uma possível expansão soviética, liderada pela URSS. Desta forma, Nery afirma que:

A CEPAL surgia sob forte oposição, sobretudo do governo norte-americano, que havia combatido sua criação abstendo-se no momento da votação. Como a Comissão nascia com mandato temporário, muitos acreditavam que ela não sobreviveria. Na Conferência de Montevideu 3, o secretariado da organização apresentou o Decálogo do Desenvolvimento Econômico, que orientava os governos latino-americanos a assumirem a condução do processo de desenvolvimento. Este documento, que condensava as idéias de Prebisch, sustentava que as condições internacionais da época não permitiam que aquele processo ocorresse de forma espontânea. A delegação norte-americana, apoiando-se na doutrina então prevalecente, se opôs a esta orientação, sustentando que o papel dos Estados limitava-se por criar um ambiente favorável aos investimentos, principalmente estrangeiros, admitindo

²³ Hollis Burnley Chenery foi um economista norte-americano que trabalhou no campo do desenvolvimento econômico.

²⁴ Anne Osborn Krueger é uma economista norte americana. Ela foi economista-chefe do Banco Mundial de 1982 a 1986, e a primeira vice-diretora do Fundo Monetário Internacional (FMI) de 2001 a 2006.

²⁵ BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 25.

implicitamente a espontaneidade do desenvolvimento. A oposição às diretrizes cepalinas foi vencida graças ao apoio do chefe da delegação francesa, Pierre Mendès-France, que ficara impressionado com a originalidade do pensamento da CEPAL. (NERY, 2004, p. 24).

No Brasil, o então presidente Getúlio Vargas fez com que o governo norte americano recuasse ao apoiar as ideias da CEPAL, ao passo que não gostariam que os países latinos americanos entrassem em conflito com o mesmo. Getúlio Vargas aproveitou-se desse cenário de novas ideias que surgiam dos países da América Latina para garantir a autonomia da CEPAL, já ameaçada anteriormente de encerrar as suas atividades. (NERY, 2004, apud FURTADO, 1985).

Para Santos,

A característica principal de toda a literatura que discutimos até agora era, contudo, sua visão do subdesenvolvimento como uma ausência de desenvolvimento. O “atraso” dos países subdesenvolvidos era explicado pelos obstáculos que neles existiam ao seu pleno desenvolvimento ou modernização. No entanto, no início da década de 60 estas teorias perdem sua relevância e força pela incapacidade do capitalismo de reproduzir experiências bem-sucedidas de desenvolvimento em suas ex-colônias, que estão, em sua maioria, em processo de independência desde a Segunda Guerra Mundial. Mesmo países que apresentavam taxas de crescimento econômico bastante elevadas, tais como os latino americanos, cuja independência política tinha sido alcançada no princípio do século XIX, estavam limitados pela profundidade da sua dependência econômica e política da economia internacional. Seu crescimento econômico parecia destinado a acumular miséria, analfabetismo e uma distribuição de renda desastrosa. Era necessário buscar novos rumos teóricos. (SANTOS, 2000, p. 8).

Pela primeira vez o fenômeno do subdesenvolvimento era percebido como uma realidade histórica específica, a exigir uma teorização própria ou pelo menos adaptada. A importância da CEPAL dentro da história do pensamento econômico está no fato dela ser o único centro intelectual da América Latina a criar um corpo analítico próprio. Trata-se do estruturalismo-histórico, fruto da interação do método histórico e indutivo com a teoria estruturalista do subdesenvolvimento periférico latino-americano. É nesta fusão que reside à força de atração e a riqueza do pensamento cepalino (Bielschowsky, 2000b).

CAPÍTULO III

Neste capítulo, será tratado algumas visões a respeito do subdesenvolvimento e desenvolvimentismo, além do processo de industrialização, com enfoque no caso do Brasil. À luz disso, trataremos do resultado histórico do desenvolvimento do capitalismo como um sistema mundial que criava o desenvolvimento e subdesenvolvimento concomitantemente. O desenvolvimento econômico dos países periféricos é resultado disso, porém era um desenvolvimento desigual e combinado.

3. VERSÕES E VISÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTISMO

3.1. O SUBDESENVOLVIMENTO

Para entender e analisar o processo de desenvolvimento global, faz-se necessário estudar o princípio das ligações entre o sistema econômico e a organização social e política das sociedades subdesenvolvidas, além da sua relação com os países desenvolvidos. Cada país apresenta sua especificidade histórica da situação do subdesenvolvimento, no qual apresenta-se especificamente da relação entre sociedades “periféricas” e “centrais”²⁶. Para Cardoso e Faletto:

É preciso, pois, redefinir a “situação de subdesenvolvimento”, levando em consideração seu significado histórico particular, pondo em dúvida os enfoques que a apresentam como um possível “modelo” de ordenação de variáveis econômicas e sociais. Nesse sentido, a que se distinguir a situação dos países “subdesenvolvidos” com respeito aos “sem desenvolvimento”²⁷, e em seguida diferenciar os diversos modos de subdesenvolvimento segundo as relações particulares que esses países mantêm com os centros econômicos e politicamente hegemônicos. (CARDOSO; FALETTO, 1976, p. 25).

O subdesenvolvimento era concebido como uma realidade histórica específica, e por isso, exigia uma teorização própria. Dentro da história do pensamento econômico, a CEPAL se torna uma referência por ser o único centro intelectual da América Latina a formar um corpo analítico desta

²⁶ CARDOSO, F. H. ; FALETTO, E. Dependência e Desenvolvimento na América Latina – Ensaio Sociológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1970, p. 25.

²⁷ Este termo, pregado por Cardoso e Faletto (1970) refere-se à situação, historicamente determinada, de economias e povos que não mantêm relações de mercado com os países industrializados.

realidade. Este, fundamenta-se no método do estruturalismo-histórico, a partir da relação histórico e indutivo com a teoria estruturalista do subdesenvolvimento periférico latino americano. É nesta fusão que assiste a força e a riqueza do pensamento cepalino (BIELSCHOWSKY, 2000).

O método histórico-estruturalista se opunha às teorias etapistas e ahistóricas que tinham uma concepção do desenvolvimento como uma seqüência de fases necessárias (Stage Theories). A visão que Walt Rostow expôs em seu célebre “manifesto não - comunista” distinguia cinco estágios na evolução das sociedades que, partindo da fase tradicional, deveriam seguir o caminho percorrido pelos países capitalistas desenvolvidos se quisessem atingir maior grau de desenvolvimento. Esta obra transformar-se-ia, no início dos anos 60, na mais completa síntese do projeto norteamericano de modernização do Terceiro Mundo; uma espécie de fórmula mundialmente válida, pronta para orientar a ação de todos os planejadores competentes. Desse modo, comparava-se o subdesenvolvimento periférico a trajetórias pretéritas das economias centrais. (NERY, 2004, p. 26).

Para Florestan Fernandes (1968), o subdesenvolvimento da maioria dos países é historicamente condicionado pelas tendências concentradoras e excludentes do sistema capitalista e, não meramente, um estágio de “atraso”, o qual o crescimento econômico possa superar. O modelo da economia está marcado pelo capitalismo competitivo. A livre competição no mercado resulta em grande desigualdade, pois nessa disputa há um pequeno número de ganhadores, ao passo que existem muito mais perdedores. Os primeiros, acumulam capital pelos seus ganhos, ao passo que os demais são condicionados a ir ao mercado de trabalho vender a sua capacidade de produção ao grande capital. Para o autor, no capitalismo competitivo na forma que se constituiu com:

[...] uma sociedade subdesenvolvida consegue realizar as condições estruturais, funcionais e históricas, pressupostas em tal modelo, ela deixa de ser subdesenvolvida, concretizando em algum grau significativo o padrão de equilíbrio e de crescimento inerente ao capitalismo auto suficiente e autônomo. (FERNANDES, 1968, p. 33).

A diferença entre as economias desenvolvidas e subdesenvolvidas não é apenas uma desigualdade de etapa ou estágio de desenvolvimento do sistema produtivo, mas também a —posição dentro de uma mesma estrutura

econômica internacional de produção e distribuição.”²⁸. A estrutura de um sistema produtivo e a forma como as economias vincularam-se, historicamente, ao mercado mundial são pontos primordiais para análise do conceito de subdesenvolvimento. Nesses países há um predomínio do sistema econômico no setor primário, com forte concentração de renda e pouca diferenciação do sistema produtivo (mercado externo sobre o interno), o que leva esses países a ter uma economia dependente. Em resumo, Cardoso e Faletto afirmam que:

A noção de dependência alude diretamente às condições de existência e funcionamento do sistema econômico e do sistema político, mostrando a vinculação entre ambos, tanto no que se refere ao plano interno dos países como ao externo. A noção de subdesenvolvimento caracteriza um estado ou grau de diferenciação do sistema produtivo [...] sem acentuar as pautas de controle das decisões de produção e consumo seja internamente (socialismo, capitalismo, etc.) ou externamente colonialismo, periferia do mercado mundial, etc.). As noções de “centro” e “periferia”, por seu lado, destacam as funções que cabem às economias subdesenvolvidas no mercado mundial sem levar em conta os fatores políticos-sociais implicados na situação de dependência. (CARDOSO; FALETTI, 1970, p. 27).

Para Furtado (2000), a especialização geográfica, através do aumento da produtividade, possibilitou a troca de inovações junto ao mercado externo. O autor aponta que a assimilação de novas formas de vida, expresso pelo progresso técnico, deu-se em seu mais alto nível por toda parte em diferentes graus. A expansão do comércio exterior também seria responsável por “alimentar o processo acumulativo nos centros geradores de progresso técnico, contribuindo amplamente para intensificar as transformações das estruturas sociais nas áreas em que o sistema produtivo estava em rápida evolução” (FURTADO, 2000, p. 27).

Desta forma, o desenvolvimento é resultado da especialização do sistema produtivo, no qual se fez em regiões com rápida inserção do progresso técnico, junto aos padrões de consumo. As regiões que não tinham essa característica tornaram-se “marginalizadas”, visto que a inserção nos padrões de consumo foi limitada, criando dificuldades no processo de “modernização”

²⁸ CARDOSO, F. H. ; FALETTI, E. Dependência e Desenvolvimento na América Latina – Ensaio Sociológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1970, p. 26.

do estilo de vida de alguns segmentos da população, tornando-as, assim, subdesenvolvidas. De acordo com Furtado:

Graças à teoria do subdesenvolvimento, sabemos que a inserção inicial do processo de difusão do progresso tecnológico pelo lado da demanda de bens finais de consumo conduz a uma conformação estrutural que bloqueia a passagem do crescimento ao desenvolvimento (FURTADO, 1992b, p. 47).

Por esse motivo, a formação do sistema econômico mundial se baseia em dois pontos: na transformação das estruturas sociais e no processo de —modernização” do estilo de vida. Portanto, para Furtado, —desenvolvimento e subdesenvolvimento, como expressão de estruturas sociais, viriam a ser resultantes da prevalência de um ou de outro desses dois processos” (FURTADO, 2000, p. 27).

Bielschowsky (2000a), afirma que o subdesenvolvimento seria um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham necessariamente passado as economias que já atingiram grau superior de desenvolvimento. A análise da estrutura subdesenvolvida e a dinâmica da sua articulação interna-externa são de extrema importância, uma vez que, nesta articulação, o processo de indução externa da demanda seria mantido durante a industrialização, provocando uma penetração desigual do progresso técnico. Assim, o avanço do desenvolvimento industrial não ocorreria de forma endógena, recriando periodicamente tanto a restrição externa como a heterogeneidade estrutural. (NERY, 2004).

Segundo Santos (2015), o subdesenvolvimento foi a tentativa da geografia dos países desenvolvidos em criar uma definição universal de espaço. Assim, a burguesia define o subdesenvolvimento como uma parte —geral” de seus manuais²⁹. Porém, Santos aponta alguns problemas referentes a isso, já que as variáveis formadoras do espaço e suas combinações se manifestam da mesma forma nas diferentes partes do mundo.

²⁹ SANTOS, M. Geografia, marxismo e subdesenvolvimento. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 166 - 172, 2015.

Sem dúvida, aquelas variáveis formadoras do espaço e suas combinações, as quais originam as diferenças entre lugares, são universalmente as mesmas. O problema é descobrir se estas combinações se manifestam espacialmente e se sua manifestação é a mesma no centro e na periferia do sistema mundial. Neste sentido, pelo menos três aspectos são essenciais: 1) aquelas forças que promovem a modernização e que operam no centro do sistema não alcançam a periferia ao mesmo tempo; existe um efeito decrescente definido da distância. Isto poderia explicar historicamente a acumulação do capital no sistema capitalista, as variações entre países e as desigualdades regionais dentro dos países; 2) alguns pontos no espaço são alcançados por novas forças, enquanto outros não recebem tais impactos. Sem dúvida, esses impactos não se dão ao acaso, sendo dirigidos do centro do sistema em termos de máxima produtividade. A história do espaço é assim de tipo seletiva; 3) as forças emitidas dos centros (polos) mudam à medida que alcançam a periferia. (SANTOS, 2015, p. 168).

O —espaço subdesenvolvido” tem um caráter específico, pois apresenta prioridades variadas, com diferentes níveis de importância. Suas combinações e resultados são diferentes, mesmo quando trabalham com as mesmas forças. —É urgente que uma teoria seja formulada: e o método dialético é adequado para um contexto onde múltiplas forças externas e internas; passadas e presentes; políticas, econômicas e sociais, enfrentam-se constantemente”. (SANTOS, 2015, p. 169).

3.2. A INDUSTRIALIZAÇÃO

A integração das economias latino americanas ao mercado mundial, obteve êxito no seu crescimento devido ao impulso dinâmico da demanda externa e, de certa forma, conseguiram diversificar-se. Com efeito, sua estrutura social modificou-se lentamente, com a formação de novos grupos sociais, agregando nos aspectos ao embate de interesses políticos e econômicos, por vincularem-se à economia exportadora³⁰. De acordo com Cardoso e Falleto:

[...] durante o século XIX, quando se consolida o desenvolvimento baseado na exportação de produtos primários, só houve predomínio dos setores agrários, mineiros e pecuários. Não só a possibilidade de formação das economias exportadoras implicou também a criação de setores financeiros e mercantis importantes, como propiciou inclusive – em maior ou menor grau segundo os diferentes países – o

³⁰ CARDOSO, F. H. ; FALETTO, E. Dependência e Desenvolvimento na América Latina – Ensaio Sociológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1970, p. 52.

surgimento de uma economia urbano-industrial. (CARDOSO, F. H. ; FALETTTO, 1970, p.52).

Desta forma, o século XIX é considerado um período —de transição”, uma vez que os movimentos sociais, as orientações e alianças políticas tornaram viável o sistema exportador, através das estratégias de diferentes grupos associados a distintas formas do processo produtivo. São eles: os latifundiários, comerciantes, banqueiros, exploradores de minas, etc. É necessário compreender que as mudanças ocorridas nesse período —de transição” tiveram significado estratégico e formas de relações específicas com esses grupos em cada país da América Latina. Nesse período, a economia exportadora criou bases para que a dinâmica social e política fosse presente, —além dos setores sociais que tornaram possível o sistema exportador, também os setores sociais imprecisamente chamados de —meios”. (CARDOSO; FALETTTO, 1970). Assim, o sistema exportador, com suas variações históricas em cada país, surgiu com base no início da constituição de uma burguesia industrial, com seus grupos profissionais de base técnica, burocracia civil e militar, a camada dos trabalhadores/empregados. Esses grupos sociais distintos mostram-se presentes em todos os países, com profundas desigualdades da vida política e do perfil das sociedades latino americanas, segundo a forma de cada estrutura socioeconômica³¹. Para Cardoso e Faletto (1970):

[...] a “dominação oligárquica” tornava-se efetiva e ganhava expressão política real, sem que por isso se perdesse o gosto pelas transações políticas, sempre em nome dos interesses do Estado nacional. [...] A cristalização de uma situação social capitalista burguesa surge pela primeira vez de forma mais evidente dentro do “sistema agroexportador”, quando os cafeicultores de São Paulo começam a substituir mão de obra escrava pela dos imigrantes depois de 1870. (CARDOSO; FALETTTO, 1970, p. 64).

As antigas alianças oligárquico-capitalista, foram substituídas por uma política centralista, que ainda atendia aos interesses locais agroexportador, porém agora uma base econômica urbana permitiu o surgimento de uma

³¹ CARDOSO, F. H. ; FALETTTO, E. Dependência e Desenvolvimento na América Latina – Ensaio Sociológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1970, p. 53.

burguesia industrial e mercantil, no qual diferenciavam-se socialmente, os setores da classe média e os setores operários-populares.

É nesse momento que o Estado surge como mediador das forças produtivas e das relações de produção que se encontra em descompasso, com o papel de controlar novas tarefas e impor-se em outras esferas da vida social e econômica. O Estado apresenta-se em épocas críticas, a fim de controlar e reorientar as tensões entre os setores de produção, as classes sociais, a economia nacional e a economia externa. Para Ianni (1965), é de responsabilidade do governo o desenvolvimento equilibrado sendo alvo permanente no jogo das forças políticas em luta pelo excedente e as formas mais produtivas do capital. A aceleração e o controle do desenvolvimento econômico nacional está voltada para o favorecimento em maior ou menor grau de um ou outro setor da produção, além do controle das tendências de expansão das forças produtivas³². Segundo Ianni, no caso do Brasil:

[...] o desenvolvimento ordenado está presente na política econômica adotada na fase da aceleração da expansão industrial do Brasil. No período de 1956-60, a indústria teve impulsos que não foram distribuídos adequadamente aos outros setores, o que aliás, agravou certos desequilíbrios. Todavia, um equilíbrio mínimo está sempre presente nas reflexões e também nas atividades dos governantes ou seus técnicos. Em 1955, quando apresentou o seu programa de nacional de desenvolvimento, Juscelino Kubitschek de Oliveira aspirava que o Estado se tornasse o instrumento fundamental na ruptura do que alguns economistas denominam de equilíbrio estagnado no subdesenvolvimento. [...] É preciso romper com o ciclo vicioso da estagnação econômica e colocar a economia nacional em marcha; (IANNI, 1995, p. 57).

O desenvolvimento nacional tinha como principal objetivo a expansão das atividades industriais. De acordo com a CEPAL, isto consiste em um diagnóstico das transformações, a qual passava as economias periféricas, que transitavam de um modelo primário-exportador —~~pra~~ fora” em direção a um novo padrão de desenvolvimento —~~pra~~ dentro”. O processo de mudança no direcionamento do crescimento periférico teria começado a partir da Primeira Guerra Mundial, ganhando impulso decisivo durante a depressão dos anos 30, quando as exportações da periferia caíram dramaticamente. A exaustão desse

³² IANNI, O. Estado e Capitalismo - estrutura social e industrialização no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A., 1965.

modelo voltado —para fora” estava provocando uma industrialização espontânea, dinamizada por problemas de desequilíbrio no balanço de pagamentos. A deterioração nos termos de troca seria 36 apenas um elemento a mais a ser somado aos problemas desse desequilíbrio (Bielschowsky, 2000). Esta transição tinha um significado histórico especial, pois se tratava do ingresso da América Latina —[.] numa nova fase do processo de propagação mundial da técnica [...]” (CEPAL, 1951, p.140, apud NERY, 2004, p. 36).

A crise financeira da década de 30 tornou exposta as tensões que vinham se acumulando em diversos países latino-americanos, entre as necessidades colocadas pela reprodução do capital rural e o fortalecimento dos interesses do eixo urbano, fruto da mudança qualitativa dos sistemas econômicos nacionais em decorrência da industrialização. Até então, os setores conservadores alegam que os benefícios da especialização e das vantagens comparativas iriam se estender do núcleo exportador para o restante da sociedade, levando, assim, ao desenvolvimento. Aí residia a atratividade das teorias neoclássicas, pois elas ofereciam uma justificativa racional para a manutenção da divisão internacional existente, favorecendo os interesses da elite agrária e dos grupos ligados ao capital estrangeiro. No Brasil, a fase de transição para a , modernização da economia exportadora, manifesta-se como resultado políticas nacionais, através da abolição da escravatura e o declínio do Império. (NERY, 2004, p. 36).

3.3. PERÍODO DESENVOLVIMENTISTA E A INTERNACIONALIZAÇÃO DO MERCADO

O —modelo de desenvolvimento” brasileiro distinguiu-se de outros países subdesenvolvidos, devido a seu rompimento com o sistema econômico social vigente, em suas dimensões internas e externas. O desenvolvimentismo é a ideologia dessa ruptura parcial pela escolha de um desenvolvimento capitalista. Assim, surgem contradições que do próprio sistema, a qual é deixada de lado em prol das soluções trazidas por essa ideologia. No Brasil, a industrialização fundamenta-se no desenvolvimentismo, com características da etapa de —transição” do sistema econômico social nacional³³. Para Ianni:

No processo de conversão do capital agrícola, comercial ou financeiro em capital industrial, essa doutrina constitui-se como uma visão

³³ IANNI, O. Estado e Capitalismo – Estrutura social e Industrialização no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1965, p. 108.

prospectiva da civilização industrial. Exprime alguns conteúdos sociais e políticos dessa metamorfose, desse processo civilizatório. Principalmente, exprime a conversão do poder econômico da burguesia industrial em poder político, em que a hierarquia das classes sociais se reordena em uma nova configuração. O Estado patrimonial se converte em Estado burguês. Nessa concepção desenvolvimentista significa industrialização. Isto é, afirma-se que é geral (desenvolvimento econômico, social, cultural, etc.) o que é, em primeiro lugar particular (a supremacia da produção industrial). É a ideologia da nova classe dirigente, na fase da ascensão do poder. (IANNI, 1965, p.108).

Segundo Cardoso e Faletto (1970), esse modelo não consolidou um setor empresarial forte, capaz de paralisar o poder dos setores agroindustriais, ou até mesmo, unificar as classes populares, urbanas e rurais. O momento da —transição” começa com a industrialização substitutiva³⁴, dando poder às oligarquias tradicionais, assim como, a grupos médios que têm acesso ao controle do Estado, e também, a burguesia comercial urbana e industrial. O Estado passa agora a ser —um instrumento não só de regulação do sistema industrial, mas também um instrumento direto para de sua constituição, através da criação de empresas públicas, autárquicas ou paraestatais” (p. 103). Para os autores:

Em certo sentido, as influências políticas prevaleceram sobre as economias na definição do processo de industrialização por parte dos grupos que subiram ao poder depois de 1930. A preocupação de formar um mercado interno capaz de estimular o desenvolvimento e de conduzi-lo posteriormente para uma expansão auto-sustentada não surgiu nem se transformou em política efetiva a partir dos setores empresariais; só em um segundo momento os grupos empresariais — quando o impulso industrialista já estava dado — voltaram seus interesses para esse tipo de política. (CARDOSO E FALETTO, 1970, p. 104).

Foi no segundo governo de Getúlio Vargas (1951 – 1954) que houve a implementação de um projeto desenvolvimentista com forte presença do Estado, a fim de estimular a industrialização e modernização do país. Esta nova fase marca o caráter de um governo nacionalista, o qual não favorecia a

³⁴ TAVARES, M. C. Auge e declínio do processo de substituição das importações no Brasil. In: _____. Da substituição das importações ao capitalismo financeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

participação do capital estrangeiro e sim uma forte atuação estatal na economia. Por isso, em 1952, foi fundado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), com a finalidade de conceder financiamento para o programa de crescimento e modernização do Brasil. Primeiramente, concentrou-se em indústrias de base, como em siderurgia, e em infra-estruturas, a partir de 1960, passou a investir e financiar as indústrias de transformação do setor privado. A criação da BNDE é um marco importante do período inicial do processo de industrialização ao processo de desenvolvimento, junto com a articulação entre as elites brasileiras e o capital internacional³⁵. Segundo Betanni:

Vale assinalar que a participação governamental em bancos não se restringiu à criação do BNDE. Em 1954, criou-se o Banco do Nordeste do Brasil para suprir crédito a curto e em longo prazo, recebendo, nos anos 1960, todos os depósitos dos fundos provenientes das isenções do imposto de renda destinados ao nordeste do Brasil, tornando-se, também, o principal agente financeiro da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. Nos anos 1950, surgiram ainda vários bancos estaduais de desenvolvimento, enquanto caminhava a expansão do Banco do Brasil, do Banco do Estado de São Paulo e de alguns outros já existentes. (BETANNI, 2010, p. 69).

Nesse contexto de modernização acelerada, o Brasil passou por profundas mudanças no que diz respeito a questões políticas e sociais, pois a forte migração do campo para as cidades era intensa, ocasionando o surgimento de um expressivo contingente de trabalhadores urbanos (operários e a classe média) maior que a capacidade de absorção de novos empregos urbanos gerados pela industrialização. O fenômeno do populismo³⁶ foi sustentado por esse novo contingente populacional urbano, no qual, o então presidente Getúlio Vargas, apoiou-se. Porém, a necessidade de reformas econômicas e projetos desenvolvimentistas por parte do Estado, comprometem o auxílio do governo para com aos anseios e reivindicações populares, como

³⁵ BENATTI A. S. Processo de Substituição de Importações: uma estratégia de desenvolvimento para a América Latina. Experiências comparadas - Brasil e México (1929 - 1980). 2010. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM), Universidade de São Paulo, São Paulo. 2010, p. 67.

³⁶ Populismo é uma forma de governar, no qual o governante utiliza de vários recursos para obter apoio popular. O populista utiliza uma linguagem simples, propaganda pessoal, dirigindo-se diretamente às massas, com um comportamento bem carismático, agindo, contudo de forma autoritária.

aumento salarial, direitos sociais, etc. Assim, as camadas populares passaram organizar-se para que suas demandas fossem atendidas por líderes populistas por meio de greves trabalhistas, por todo território nacional, além de movimentos sociais que se mobilizaram por exigências fundamentais como aumento salarial e o alto custo de vida. (BATANNI, 2010).

O último período do Governo Vargas caracterizou-se pela acentuação da luta de classes e pela projeção política dos conflitos sociais. A greve de 1953 é considerada um marco destacado na história do movimento operário brasileiro. Neste quadro, João Goulart, Ministro do Trabalho de Vargas, defendeu um aumento de 100% do salário mínimo, o que lhe valeu a perda do cargo por pressão dos militares. (NUNES, A.J.A., 2005:225, apud BETANNI, 2010, p. 69).

Portanto, a instabilidade econômica e a radicalização dos movimentos sociais culminaram em uma crise política e, conseqüentemente, ao fim do Governo de Getúlio Vargas. Para Cardoso e Faletto (1970), a forte —~~pressão~~ “pressão das massas” é um fato importante neste período, pois é condição necessária para o processo de industrialização, como mão de obra e, também, como parte integrante do mercado de consumo. Ademais, as massas populares são —~~levadas~~ “levadas em conta pelos grupos de poder que apóiam ou o refutam.” (p. 96).

Foi, então, a partir do Governo de Juscelino Kubitschek (1956 - 1960) que o ambiente tornou-se favorável para o desenvolvimentismo. Em seu governo, foi criado o Plano de Metas que tinha por objetivo intensificar a industrialização com base na substituição de importações de bens duráveis e intermediários. (BETANNI, 2010, p. 72). De acordo com Ianni, o desenvolvimento no brasileiro, neste período, foi o ápice do processo de industrialização, pois:

Identifica-se desenvolvimento com industrialização, modernização e maquinização. Nessa corrente de acontecimentos e interpretações do presente e do futuro da sociedade nacional, o aparelho estatal é pôsto a serviço da industrialização, para que se realiza em cinco anos uma tarefa de cinquenta anos. (IANNI, 1965, p. 109).

À vista disso, a partir de meados da década de 1950, o investimento do capital estrangeiro foi significativo, principalmente, os investimentos norte americanos no Brasil representaram 46,5% dos investimentos estrangeiros, segundo dados da CEPAL. (BETANNI, 2010). Segundo o Plano de Metas, os investimento estrangeiros deveriam priorizar, majoritariamente, as indústrias de

Fonte:Censo de 1940. Fundação Getúlio Vargas e IBGE. BAER, W., 1939: 302,apud BETANNI, 2010, p. 74.

A década de 1950 marca o auge da industrialização no Brasil, no qual o governo tem um papel primordial de continuar a expandi-lo, com base no planejamento geral e no pacto com grupos —“aidos”, com o fim de fomentar o desenvolvimento de setores industriais específicos. Os recursos do setor externo da economia foi essencial ao desenvolvimento acelerado, uma vez que a capacidade produtiva local aumentou proporcionando um maior acúmulo de bens de capital. Foi aqui, que todas as sociedades pré-capitalistas foram tomadas como tradicionais, segundo W. W. Rostov (1961). O desenvolvimento passou a ser —um modelo ideal de ações econômicas, sociais e políticas interligadas que ocorreriam em determinados países, sempre que se dessem as condições ideais para a sua —“decolagem”.” (SANTOS, 2000, p. 5).

Para Betanni (2010):

[...] a partir dos anos 1950, o Estado brasileiro passou a desempenhar um papel mais ativo na estruturação do setor industrial. A primeira frente que deu margem a essa constatação foi a articulação entre o capital privado nacional, o capital estrangeiro e o próprio Estado, sendo que, para tanto, foram importantes tanto a definição de uma estratégia geral de desenvolvimento - o Plano de Metas - quanto o estabelecimento de metas industriais através da ação dos Grupos Executivos, criados para orientar a implantação de indústrias específicas. A segunda frente foi o substancial aumento da proteção ao mercado interno, dada por meio de uma nova tarifa aduaneira, altamente protecionista, e pela política cambial - através do controle do mercado de câmbio e de taxas de câmbio diferenciadas, de acordo com um sistema de prioridades. A terceira frente foi, certamente, o fomento ao desenvolvimento industrial dado através da ação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE, além da ampliação dos investimentos diretos do Estado na indústria de base (siderurgia, mineração, petroquímica) e em infraestrutura econômica (energia e transportes). (BETANNI, 2010, p. 75).

Nesse sentido, não podemos deixar de dizer que a corrente ideológica do desenvolvimentismo fora influenciada pelas idéias da CEPAL, principalmente, em questões relacionadas a industrialização, planejamento e o papel do Estado. Portanto, a CEPAL tinha como desafio enfrentar os interesses econômicos do setor agrário-exportador propondo reformas nacionalistas e/ou sociais e, também, em âmbito internacional, a teoria cepaliana enfrentava o

grande desafio intelectual de combater as principais teses econômicas produzidas no centro. (NERY, 2001, p. 37). Segundo Nery,

Apesar do processo de industrialização espontânea ser saudado como um acontecimento de grande relevância na história da difusão mundial do progresso técnico, ele era considerado problemático, pois se dava sobre a base de estruturas sócio-econômicas subdesenvolvidas. Diante desse processo singular, completamente distinto do que se passará nos países da revolução industrial, a análise cepalina utilizou, como método de análise, a didática do contraste entre o modo como o crescimento, o progresso técnico e o comércio internacional se processaram nas estruturas subdesenvolvidas e desenvolvidas. Assim, este instrumento não foi utilizado para descrever um processo ideal de transformação, mas para identificar os entraves estruturais das economias periféricas que impediriam sua transformação radical (Bielschowsky, 2000a, b, apud NERY, 2001, p. 39).

Para Santos (2000) é a partir daqui, que começam as críticas às teorias do desenvolvimento, pois o subdesenvolvimento é visto como uma ausência de desenvolvimento. No início da década de 1960, essas teorias não conseguem concretizar ou —produzir experiências bem sucedidas de desenvolvimento em suas ex-colônias, que estão, em sua maioria, em processo de independência desde a Segunda Guerra Mundial.” (p. 8). Os países latino americanos estavam mergulhados em uma dependência econômica e política internacional, mesmo as taxas de crescimento econômico altas. Portanto, na tentativa de contra argumentar essas teorias e expor as suas contradições é que surge a Teoria da Dependência.

CAPÍTULO IV

Neste capítulo, será abordado a Teoria da Dependência. Esta teoria nasceu da necessidade de explicar as estruturas e características do desenvolvimento socioeconômico da América Latina. As estratégias de desenvolvimento da CEPAL até 1960, já não se sustentavam pela sua incapacidade, dentro do sistema capitalista, de produzir experiências de desenvolvimento bem sucedidas nos países periféricos. Portanto, alguns teóricos viam a necessidade de criar um novo modelo de desenvolvimento latino americano, compreendendo as limitações deste desenvolvimento desigual. O objetivo deste capítulo é apresentar as principais ideias e autores acerca da formulação da Teoria da Dependência, com ênfase na vertente marxista da dependência.

4. CONSIDERAÇÕES SOBRE A TEORIA DA DEPENDÊNCIA

A Teoria da Dependência surgiu na América Latina nos anos de 1960, como uma forma de contrapor e explicar as novas características do desenvolvimento socioeconômico dos países latino americanos, iniciados entre as décadas de 30-50. A substituição de produtos importados por uma produção nacional foi característica fundamental no processo de industrialização dos países latino americanos neste período, em um contexto de crise internacional. Além disso, o capital concentrado nos Estado Unido expandiu-se pelo mundo, na busca de oportunidades de investimento no setor industrial de diversos países. Isso ocorreu, em consequência do ciclo depressivo³⁷, o qual foi retomada por meio da hegemonia norte americana³⁸.

Para Santos (2000), a realidade latina americana era refutada por alguns teóricos, pois os mesmos acreditavam que o subdesenvolvimento presente nestes países significava a falta de desenvolvimento. –O resultado histórico do desenvolvimento do capitalismo, como sistema mundial que

³⁷ Período da história mundial caracterizado pela I e II guerras mundiais, e a crise de 1929 (queda da bolsa de Nova York).

³⁸ SANTOS, T. A Teoria da Dependência - Balanço e Perspectivas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

produzia ao mesmo tempo desenvolvimento e subdesenvolvimento”. (p. 18).

Desta forma:

[...] a teoria da dependência, surgida na segunda metade da década de 1960-70, representou um esforço crítico para compreender a limitação de um desenvolvimento iniciado num período histórico em que a economia mundial estava já construída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e poderosas forças imperialistas, mesmo quando uma parte deles entrava em crise e abria oportunidades para o processo de descolonização. (SANTOS, 2000, p. 18).

Segundo Bresser-Pereira (2010), a Teoria da Dependência, não pode ser considerada uma teoria e muito menos uma estratégia de desenvolvimento, mas sim, uma interpretação sociológica e política da América Latina que competiu contra a interpretação nacional burguesa proposta pela CEPAL. Ademais, o autor não a considera como uma crítica ao imperialismo, mas sugere que exista uma associação com os países centrais. O esforço teórico e metodológico não foi suficiente para criar um novo modelo de desenvolvimento latino americano, pois o desenvolvimentismo, a partir da década de 1960, perdeu força por apresentar limitações e incapacidade de mostrar-se eficiente nos países periféricos.

A Teoria do desenvolvimentismo diferencia-se da Teoria da Dependência, ao passo que os seus idealizadores não enxergam o subdesenvolvimento e desenvolvimento como etapas diacrônicas, mas sim de realidades distintas. Deste modo, o subdesenvolvimento passa a —servisto como um produto do desenvolvimento capitalista mundial sendo, por isso, uma forma específica de capitalismo.” (DUARTE; GRACIOLLI, [s/d], p. 3)³⁹.

Do ponto de vista estritamente econômico, essa nova teoria entendia que as relações estruturais de dependência estavam para além do campo das relações mercantis – como acreditavam os teóricos desenvolvimentistas – se configurando também no movimento internacional de capitais, em especial na figura dos investimentos direto estrangeiros e na dependência tecnológica. A esses fatores, somava-se o imperialismo, que na medida em que permeava toda a economia e sociedade dependentes, representava um fator constitutivo de suas estruturas sócio-econômicas. Era a conjunção desses distintos mecanismos que integravam, de forma subordinada,

³⁹ DUARTE, P. H. E.; GRACIOLLI, E. J. Teoria da Dependência: Interpretações do (sub)desenvolvimento na América Latina. Campinas: UNICAMP, [s/d].

a economia latino-americana à economia internacional. (DUARTE; GRACIOLLI, [s/d], p. 3).

Dentro da esquerda, a crise do desenvolvimentismo levou a divergências ideológicas e diferentes interpretações a respeito da dependência. (MARINI, 1992). A instabilidade econômica pairava sobre a região, com a presença forte do processo inflacionário, a incapacidade da absorção da força de trabalho, vindas do meio rural para as cidades, para as atividades industriais. Não podemos esquecer também, que a Revolução Cubana (1959) foi um marco neste período, pois as pressões populares e lutas sindicais estavam surgindo, e os Estados Unidos preparados para qualquer movimentação política vinda dos países da América Latina.

A necessidade de se buscar novos rumos teóricos nasce, neste contexto, com a interpretação da dependência. Assim, ela busca —compreender as limitações de um desenvolvimento iniciado em um período em que a economia mundial já estava constituída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e poderosas forças imperialistas (Santos, 2000, p. 26)”. A crítica de seu corpo teórico vem das contradições e limitações do desenvolvimentismo atrelado ao processo de integração da economia mundial.

Porém, precisamos diferenciar as correntes de interpretação da dependência. De acordo com Santos (2000), os economistas suecos Magnus Blomstrom e Bjorn Hettne afirmam que existe um conflito entre —paradigma modernizante e o enfoque da dependência”. (p. 18). Assim, no que diz respeito ao enfoque da dependência, eles identificaram quatro correntes na escola da dependência. A primeira é denominada crítica ou autocrítica estruturalista, sendo ligada aos teóricos da CEPAL. Os principais autores desta corrente são: Oswaldo Sunkel, Celso Furtado, Raúl Prebisch e, em alguns momentos Fernando Henrique Cardoso. A segunda corrente chama-se neo-marxista, na qual se baseia, principalmente, nos trabalhos de Vânia Bambirra, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e pesquisadores do Centro de Estudos Sócio Econômicos da Universidade do Chile (CESO). A terceira corrente é a marxista ortodoxa, tendo Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto como os principais representantes. E, por último, temos a quarta corrente que representa a Teoria

da Dependência para fora das duas correntes anteriores. Nesta linha, temos André Gunder Frank como representante. Esta proposta destas correntes não é a única, porém é a descrição sobre as tendências teóricas que se mais próximas da constituição da Teoria da Dependência.

As ideias da CEPAL eram desconsideradas quando o assunto era a da interpretação da dependência, já que seus pensadores acreditavam que a mudança da estrutura do subdesenvolvimento, da qual os países subdesenvolvidos se encontravam, seria superada, a partir da movimentação de uma burguesia nacional. Para Bresser-Pereira (2010), a interpretação da dependência tinha como objetivo central, “mostrar a responsabilidade das elites locais dependentes, inclusive os industriais, pelo subdesenvolvimento”. (p. 32). De acordo com o autor, a burguesia nacional dos países latino americanos tinha a responsabilidade e o papel de liderar a construção do desenvolvimento econômico, ao passo que a interpretação da dependência era a negação da mesma⁴⁰.

No campo das ciências sociais latino americanas este debate mostrou preocupações que afloraram não só para análises sociais e econômicas, mas também, em novas opções metodológicas. Muitos pensadores, dentro do debate científico latino americano, revelam a perspectiva transdisciplinar deste conjunto. Alguns dentre importantes pensadores sociais são: Gilberto Freire, Josué de Castro, Caio Prado Júnior, Raúl Prebisch, Florestan Fernandes, Gino Germano, entre outros. Para Santos (2000):

A acumulação destas e outras propostas metodológicas na região refletiam a crescente densidade de seu pensamento social que superava a simples aplicação de reflexões, metodologias ou propostas científicas importadas dos países centrais para abrir um campo teórico próprio, com sua metodologia própria, sua identidade temática e seu caminho para uma práxis mais realista. A teoria da dependência tentou ser uma síntese deste movimento intelectual e histórico. (SANTOS, 2000, p. 24).

⁴⁰ BRESSER-PEREIRA, L. C. As três interpretações. *Perspectivas*, São Paulo, v. 38, p. 17-48, jul./dez. 2010.

André Gunder Frank (1969)⁴¹ apresenta a perspectiva da Teoria da Dependência Associada. Ele afirma que o subdesenvolvimento da América Latina é resultado no processo de desenvolvimento capitalista mundial no decorrer dos séculos. A estrutura das metrópoles dessas regiões são muito importantes, pois as metrópoles nacionais e locais servem para estabelecer e manter a estrutura de monopólio e as relações de exploração do sistema capitalista, absorvendo capital econômico para filtrar na metrópole mundial. Na América Latina, essas estruturas são caracterizadas por garantir um desenvolvimento limitado ou que permaneça no subdesenvolvimento.

Uma terceira hipótese importante, derivada da estrutura metrópole-satélite, é que as regiões que hoje são as mais subdesenvolvidas e aparentemente feudais são as que no passado tiveram as ligações mais estreitas com a metrópole. São as regiões que foram as maiores exportadoras de produtos primários para a metrópole mundial, e que foram abandonadas pela metrópole quando, por um ou outro motivo, os negócios caíram. Essa hipótese também contradiz a tese geralmente aceita de que a raiz do subdesenvolvimento de uma região é seu isolamento e suas instituições pré-capitalistas. (FRANK, 1969, p. 35).

A visão de Frank sobre o mundo colonial é baseada na análise de um sistema que expropria excedentes econômicos gerados em diversas partes do mundo. Além disso, a divisão do trabalho e sua relação de produção assalariada são vistas com o ponto mais importante do capitalismo mundial, pois é através da produção capitalista que o sistema transformará e revolucionará o modo de produção. Nas palavras de Santos (2000), André Gunder Frank diz que:

A América Latina surge como economia mercantil, voltada para o comércio mundial e não pode ser, de nenhuma forma, identificada ao modo de produção feudal. As relações servis e escravistas desenvolvidas na região foram parte pois de um projeto colonial e da ação de forças sociais e econômicas comandadas pelo capital financeiro em pleno processo de acumulação - que Marx considera primária ou primitiva essencial para explicar a origem do moderno modo de produção capitalista. (SANTOS, 2000, p. 25).

O debate sobre a burguesia nacional se desdobrou no debate sobre feudalismo. O capitalismo nos países latino americanos havia criado uma elite nacional burguesa, na qual a CEPAL dizia ter a oportunidade de levar a frente

⁴¹ FRANK, A. G. *Capitalism and development in Latin America*. New York: Monthly Review Press, 1969.

uma revolução democrática. Frank (1973) não acreditava nisso, visto que essa burguesia tinha interesses no comércio internacional sem preocuparem-se em formar uma nação de fato democrática. Ao invés disso, essa burguesia aspira poder e interesses no capital internacional, não apresentam posturas de enfrentamento e conhecimento da real situação de seus países.

Seguindo a linha da vertente marxista, pautada na superexploração capitalista para com os países periféricos, destacamos Theotônio dos Santos (1970) que distingue três formas históricas de dependência. Para o autor a primeira forma da dependência é a colonial, ou seja, a exportação comercial in natura que em associação com o Estado e os poderes locais dominam o capital comercial e financeiro, através do monopólio comercial e de terras, com a presença de grande força de trabalho e exploração dos países colonizados. Já a segunda forma de dependência foi a financeira-industrial o qual caracteriza-se pela dominação do capital dos centros hegemônicos, principalmente, no que diz respeito à criação de uma estrutura produtiva exportadora para abastecer os países do centro. Por último, encontramos a dependência iniciada no pós-guerra, tendo o investimento das corporações multinacionais em indústrias para estimular o mercado interno dos países subdesenvolvidos. Essa é considerada a nova forma de dependência no período tecnológico-industrial com profundas desigualdades⁴². Para Santos:

Esta evolução dos acontecimentos parece confirmar outra temática posta em evidência pela teoria da dependência: a tendência à exclusão social crescente, como resultado do aumento da concentração econômica e da desigualdade social. “Dependente, concentrador e excludente” estas eram as características básicas do desenvolvimento dependente, associado ao capital internacional destacadas pela teoria. Estas características se exacerbaram na década de 80, sob o impacto da globalização comandada pelo capital financeiro internacional para o pagamento da dívida externa e a nova fase das moedas fortes e privatizações da década de 90, sob o marco do Consenso de Washington. (SANTOS, 2000, p. 30-31).

Portanto, as transformações nas formas de dependência dos países subdesenvolvidos instituíram estruturas internas que foram consolidadas,

⁴² PAGLIARINI, C. M. 2014. Análise da Teoria da Dependência de Fernando Henrique Cardoso em relação às teorias da globalização surgidas nas últimas décadas do século XX. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Monografia, 2014.

profundamente, segundo as formas de acumulação de capital, na reprodução da economia, orientação da produção e, a estrutura social e política de cada um deles⁴³. Para Bresser-Pereira (2010), a dependência tecnológica-industrial: —dá origem a certo tipo de desenvolvimento —desigual combinado”⁴⁴, na medida em que o desenvolvimento é marcado por profundas desigualdades, resultantes da superexploração da mão-de-obra.” (p. 35-36).

Seguindo a mesma linha ideológica, Ruy Mauro Marini (2000) desenvolveu a —interpretação da superexploração” que diz que houve certo momento de união da burguesia com o proletariado por interesses comuns, caracterizado reformismo (vanguarda do proletariado ao pequeno-burguês) e à política de colaboração de classes. Este fato segundo o autor foi válido por um tempo, porém fracassou o com desenvolvimentismo brasileiro que fundamentou-se na superexploração do trabalhador, das condições e jornadas de trabalho. Os salários eram muito inferiores aos que de fato os trabalhadores deveriam receber. Esse perfil dos países periféricos é consequência da economia capitalista, onde a exploração existe de maneira global, porém aprofundada nesses países com dependência das burguesias locais e dos centros imperialistas. No caso do Brasil, Santos (2000) afirma que:

O golpe de Estado de 1964 cerrou a porta ao avanço nacional-democrático e colocou o país no caminho do desenvolvimento dependente, apoiado no capital internacional e num ajuste estratégico com o sistema de poder mundial. —O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”. (SANTOS, 2000, p. 27).

Os países latinos americanos possuem uma relação de dependência com os centros capitalistas que se aprofunda com a divisão internacional do trabalho. Marini (2000) aponta que —as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência (p. 109)”. Com isso, o intercâmbio entre centro e periferia torna-se extremamente desigual, ao ponto dos países periféricos não sustentarem, ou não terem recursos, para a produção de produtos com alto valor agregado por desenvolvimento tecnológico, a fim de competir de forma

⁴³ SANTOS, T. Cuadernos de Estudios Socio Económicos. Santiago de Chile: Centro de Estudios Socio-Económicos, 1970.

⁴⁴ Ver NOVACK, George; LÖWY, Michael; COGGIOLA, Osvaldo e MANDEL, Ernest.

igual com os países centrais. Ao contrário disso, os mesmos exploraram os recursos destes países para compensar as perdas a nível mundial, com o acúmulo da mais-valia pela exploração da força de trabalho (superexploração do trabalhador), e não da capacidade produtiva local.

Segundo Marini (2000), além do aumento da intensidade de trabalho para acúmulo da mais-valia, o autor aponta mais dois mecanismos. O primeiro refere-se a jornada de trabalho extensa para aumento do excedente de trabalho, ou seja, ainda existe trabalho mesmo quando todo valor necessário à subsistência tenha sido produzido. Já o segundo diz sobre a —redução do consumo do operário além de seu limite normal - ou expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho - que transformaria o fundo necessário do trabalhador em fundo de acumulação de capital.” (PAGLIARINI, 2014, p. 26). Em resumo, o autor diz que: —Em termos capitalistas, estes mecanismos (que, além disso, se podem dar e normalmente se dão, de forma combinada) significam que o trabalhador se remunera por baixo de seu valor e correspondem, então, a uma superexploração do trabalho (MARINI, 2000, p.126)”.

Outra autora importante para o debate da Teoria da Dependência, na visão marxista, é Vânia Bambirra (2012)⁴⁵ afirma que faz parte de um grupo que busca superar o pensamento desenvolvimentista, com uma visão etapista da estrutura dos países periféricos, para criar bases para uma Teoria Marxista da Dependência. Para Bambirra:

[...] la teoría de la dependencia debe entenderse como la aplicación creadora del marxismo-leninismo a la comprensión de las especificidades que asumen las leyes de movimiento del modo de producción capitalista en países como los latinoamericanos, cuya economía y sociedad, conformadas después de la destrucción de las sociedades indígenas, fueron productos del desarrollo del modo de producción capitalista primero en Europa, en seguida en Estados Unidos, y son redefinidas en función de las posibilidades estructurales internas, vale decir de la diversificación del aparato productivo. Un planteamiento de este tipo no permite de ninguna manera —y aquí estamos contestando una crítica que ha sido hecha a la teoría de la dependencia- interpretar tal postulación como no marxista por suponer que esto significa partir de la circulación y no del proceso

⁴⁵ BAMBIRRA, V. O Capitalismo Dependente Latino-Americano. Florianópolis: Insular, 2012.

productivo. Las formulaciones más rigurosas respecto del condicionamiento ejercido por los países capitalistas más desarrollados en el siglo XIX sobre la formación económico-social dependiente capitalista exportadora han tratado de fundamentar este condicionamiento en función de los cambios sustanciales que ocurrieron en el sistema productivo de aquellos países. (BAMBIRRA, 2012, p.9).

Desta forma, a autora busca a superação do pensamento desenvolvimentista através do método das características gerais de um conjunto de sociedades capitalistas dependentes, uma vez que a integração dos países latino americanos ao sistema capitalista mundial, só poderia ser feito por meio das economias primário exportadoras. Para isso, fez-se necessário diferenciar os diferentes grupos e regimes políticos destes países, pois cada um deles possui sua especificidade.

Bambirra (2012) propõe uma nova tipologia dos países latino americanos segundo suas estruturas dependentes. O tipo A, diz respeito aos países cujo processo de industrialização começou no final do século XIX. Já o tipo B seriam os países controlados diretamente pelo capital estrangeiro, a partir da II Guerra Mundial. Para a autora, esses diferentes níveis são importantes para explicarmos os diferentes níveis do desenvolvimento do capitalismo nos países latino americanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início deste trabalho procurei analisar e identificar as características básicas do processo histórico do desenvolvimento do capitalismo na América Latina, além das formas de valorização do espaço no decorrer do século XX. A Teoria da Dependência é de extrema importância para o entendimento da constituição ou definição do conceito de desenvolvimento dos países periféricos, assim como a teoria cepaliana.

No primeiro capítulo, procurei mostrar o contexto histórico geográfico de crise em que se encontrava o mundo. As duas grandes guerras mundiais e a quebra do dólar em 1929 fez com que os países desenvolvidos se juntassem na tentativa de reerguer a economia por meio do tratado de Bretton Woods. Vemos aqui a ascensão da hegemonia norte americana no cenário da economia mundial que culminou no controle ou aproximação com governos dos países periféricos a fim de defender seus próprios interesses. No caso do Brasil, foi nítido a influência do mesmo, pois o capital estrangeiro entrou com força através da criação de empresas multinacionais em território nacional. Esse impulso foi possível graças à forte ideologia norte America que favoreceu e apoiou governos ditadores com o fim de conquistar ou até mesmo assegurar seus interesses privados.

O segundo capítulo marca a trajetória da CEPAL desde o ano de sua criação até a década de 1970, enfatizando o contraste entre a produção teórica de sua primeira década de existência (1948-1959). O pensamento da CEPAL sofreu grande influência do contexto econômico internacional, ao passo que seus processo teórico veio seguido de transformações econômicas e sociais em toda a América Latina. Um exemplo disso é o processo de industrialização brasileira por meio da substituição de importações na década de 1930, com sua intensificação na década de 1970. Acredito que a teoria cepaliana tenha suas limitações, pois acreditava que existia uma simetria entre o desenvolvimento econômico dos países periféricos e centrais, além de um estado que garantiria os interesses das diferentes classes, por meio de uma

—evolução burguesa”. Porém, não podemos negar a sua contribuição na formação socioeconômica da América Latina.

O terceiro capítulo é possível interpretar que a industrialização criou um descompasso entre o centro e a periferia, ao passo que o desenvolvimentismo foi um processo desigual e combinado. Ou seja, podemos entender que houve crescimento econômico por meio dos agentes, principalmente do governo, aliados a economia internacional que se instalou nesses países com o intuito de lucrar com o mesmo. É um pacto de interesses de uma classe em comum, sem levar em conta o desenvolvimento social destes países que apresentam um nível de grande desigualdade social.

Por fim, o último capítulo vem às contribuições da Teoria da Dependência como forma de contra argumentar a CEPAL. É necessário pensar e refletir que existem problemas a cerca da realidade latino americana que não serão sanadas com modelos de desenvolvimento. A vertente marxista da dependência busca criticar esse modelo e a entendermos a realidade na qual estamos inseridas. Para esses autores o sistema de acumulação capitalista acarretaria no aumento das desigualdades e não a sua minimização com a modernização e industrialização da economia. Assim, a dependência sugeri que o desenvolvimento das periferias esta submetido aos países centrais, por meio de sua inserção no capitalismo mundial dada pelos imperialista. A única maneira de superar o subdesenvolvimento é a ruptura deste padrão, desta dependência, ou seja, a criação de um novo sistema que não o capitalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRIGHI, G. **O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

AYERBE, L. F. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia**. São Paulo: Editora Unesp: 2002.

BAMBIRRA, Vânia. **O Capitalismo Dependente Latino-Americano**. Florianópolis: Insular, 2012.

BENATTI A. S. **Processo de Substituição de Importações: uma estratégia de desenvolvimento para a América Latina. Experiências comparadas - Brasil e México (1929 - 1980)**. 2010. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós Graduação em Integração da América Latina (PROLAM), Universidade de São Paulo, São Paulo. 2010.

BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BICHIR, Maíra Machado. **A problemática da dependência: um estudo sobre a vertente marxista da dependência**. Campinas: [s. n], 2012.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **As três interpretações**. Perspectivas, São Paulo, v. 38, p. 17-48, jul./dez. 2010.

CARDOSO, F. H. ; FALETTO, E. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina – Ensaio Sociológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

CARDOSO, F. H. **As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1993a.

CARDOSO, Fernando Henrique; SERRA, José. **As desventuras da dialética da dependência**. São Paulo: CEBRAP, n. 23, 1979.

CHESNAIS, François. **A globalização e o curso do capitalismo de fim de século**. Campinas: Economia e Sociedade, 1995

_____. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

DUARTE, Pedro Henrique; GRACIOLLI, Edílson José. **A teoria da dependência: interpretações sobre o (sub) desenvolvimento na América Latina**. COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX/ENGELS, v. 5, 2007.

FIORI, José Luís. **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.

FONSECA, P. C. D.; SOUZA, L. E. **O processo de substituição de importações**. São Paulo: LCTE, 2009.

FORBES, D. K. **Uma Visão Crítica da Geografia do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1989.

FURTADO, Celso. **Capitalismo Global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

_____. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FRANK, A. G. **Capitalism and development in Latin America**. New York: Monthly Review Press, 1969.

Geografia Histórica do Brasil – Cinco Ensaios, Uma Proposta e Uma Crítica. São Paulo: Annablume, 2009.

GIDDENS, Anthony. **O mundo na era da globalização**. 6. ed., Lisboa: Editorial Presença, 2006.

GOLDENSTEIN, Lídia. **Repensando a dependência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

GRAMSCI, A., **Cadernos do cárcere**, vol. 4, edição de Carlos Nelson Coutinho, com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2012.

_____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2013.

IANNI, O. **Estado e Capitalismo - estrutura social e industrialização no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A., 1965.

MARINI, Ruy Mauro. **La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo**. Cuadernos Políticos, México DF, n. 12, p. 20-39, abril-junio, 1977.

_____. **Dialéctica de la Dependencia**. Ediciones Era. México: Decimoprimeira reimpressão, 1991.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MORAES, A. C. R. **Geografia Histórica do Brasil - Capitalismo, Território e Periferia**. São Paulo: Annablume, 2011.

NERY, T. **Economia do Desenvolvimento na América Latina: o pensamento da Cepal nos anos de 1950 e 1990**. 2004. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC, Instituto de Relações Internacionais, 2004.

PAGLIARINI, C. M. **Análise da Teoria da Dependência de Fernando Henrique Cardoso em relação às teorias da globalização surgidas nas últimas décadas do século XX**. Monografia. Florianópolis: UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

PREBISCH, Raúl, **O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas**. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, 1949.

_____. **Dinâmica do desenvolvimento latinoamericano**. São Paulo: Editora Fundo de Cultura, 1964.

RODRÍGUEZ, Octavio. **Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL**. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária, 1981.

SANTOS, M. **Geografia, marxismo e subdesenvolvimento**. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 166 - 172, 2015.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 13. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

SANTOS, Theotônio dos. **A Teoria da Dependência – Balanços e Perspectivas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. ***Dependencia y cambio social***. Santiago do Chile: CESO, 1972b [1970].

SILVA, Karine de Souza. **Integração regional e exclusão social na América Latina**. 2. ed.. Curitiba: Juruá, 2009.

SUNKEL, Osvaldo. **Transnacionalizacion y dependencia**. Madrid: Cultura Hispanica, 1980.

TAVARES, Maria da Conceição. O processo de substituição de importações como modelo de desenvolvimento na América Latina. In: Maria da C. Tavares, **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.